

PORTARIA Nº 79/2024

O Secretário Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:
Art. 1º Designar as servidoras abaixo relacionadas para assumirem a Gestão de Parceria da respectiva Organização da Sociedade Civil - OSC:

OSC	TERMO	GESTORA	SUPLENTE
ASSOCIAÇÃO CLUBE DE MÃES DO LAR PÉROLAS DE CRISTO	4/2024	MILENA CLAUDIA BRITO ARCANJO DA SILVA MAT.: 3162300	ISABELA SOUZA FAGUNDES SALES MAT.: 3158696

Art. 2º Fica revogada a Portaria de nº 283/2023

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER, em 21 de março de 2024.

ANTONIO JOSÉ DA CRUZ JUNIOR MAGALHÃES
Secretário

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES, INFÂNCIA E JUVENTUDE - SPMJ

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

ATA AGE 270ª

Ao vigésimo segundo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte três, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária de nº 270ª, às 09:25h, de forma virtual. O presidente comunica que alguns conselheiros avisaram que vão atrasar, por conta disso, solicita aguardar um pouco para iniciar a reunião. Na sequência inicia com a chamada dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salvador.: 1- Leu Brasil (ABCA); 2-Tatiane Paixão e Marlylda Barbuda(SEGOV); 3-Evanice(Lar Pérolas de Cristo); 4-Mateus Russo (HC); 5- Antônio Marcos e Ademir Santos (Associação Beneficente Educacional Paz e Vida); 6-Gustavo Mercês(SPMJ); 7-Claudio Bonfim(SEFAZ);8-MariaRaquel(CEIFAR);9-Ana Batista(SEMOB),10-Ailton Santos(AEEC), conforme lista de presença e com a seguinte pauta: 1- Aprovação da Ata AGE 269ª; 2- Informes, Relatos das Câmaras Técnicas, Comissões e Representações; 3- Processo de Escolha do Conselho Tutelar resultado final e posse; 4-Capacitações 2024; 5- Edital de Chamamento Público 001/2023; 6- O que Ocorrer. Após confirmação de quórum o presidente agradece a presença de todos e declara aberta a Assembleia Geral Extraordinária de nº 270ª, e segue com o primeiro ponto de pauta -1- Aprovação da Ata AGE 269ª - Aprovada por unanimidade. Informa que antes de seguir com o próximo ponto de pauta gostaria de informar: Sobre a solicitação de saída da Associação Os Amigos de Clara Amizade e sua substituição pela OSC Associação Ballet Esperança, subsequente, conforme Assembleia Geral Extraordinária 261ª realizada em 21 de julho de 2022 publicada no Diário Oficial do Município nº 8.8336 e Ato Complementar 06/2022. O presidente saúda os novos representantes Sr. Benilton Bonfim e Sra. Michele Oliveira Titular e Suplente respectivamente. Passa a palavra para o Sr Benilton - agradece pelo convite e se coloca a disposição para trabalhar em prol dos direitos de crianças e adolescentes. O presidente informa que haverá a republicação da Resolução do Colegiado com a substituição e que eles deverão substituir os antigos conselheiros nas representações das Câmaras técnicas. Na sequência ele pede permissão para dar boas vindas a todos os convidados, representantes das OSCs presentes, agradecer a presença e participação dos representantes dos Conselhos Tutelares que logo mais terão o seu momento, nesta assembleia, para falar do Manual do Conselho Tutelar, documento muito importante para contribuir com esse grupo que vai assumir em janeiro de 2024. Também quer registrar a presença de representantes de Hospitais filantrópicos de outros municípios e do município de Salvador , como é o caso do Hospital Martagão Gesteira, do Hospital de Irmã Dulce , do Aristides Maltez, dentre outros hospitais presentes e que vão estar falando de um importante tema, que vai beneficiar crianças e adolescentes hospitalizados , desde de já agradecer a acolhida, quando da sua visita ao Hospital Martagão Gesteira, assim como visita recebida por eles na Secretaria, onde estiveram conversando com a secretária Fernanda Lodello , mas já , já tratará deste assunto, mas vamos voltar para a assembleia, tentar fazer uma assembleia bastante dinâmica e objetiva, pois hoje já é dia 22/12/2023 , já no ultimo dia útil antes do natal e gostaria de liberara o pessoal para pudermos comprar o chester , o queijo, o panetone , tem gente que ainda vai participar de amigo secreto, de confraternização, tem dirigentes que ainda tem atividades para desenvolver com suas instituições , assim como os governamentais que também tem seus compromissos, então vamos adiantar . Sobre os Informes queria agradecer a todos colegiado pela Primeira capacitação Municipal sobre o MROSC com a participação das OSCs, do Colegiado, da equipe do CMDCA, SPMJ, FMDCA , quer imensamente agradecer a Secretária Fernanda Lordello por todo apoio para realização dessa capacitação, foram quatro dias de muito aprendizado com o especialista Nailton Cazumbá , tem certeza que em breve todos os envolvidos estarão colhendo frutos desta capacitação . Foram 04(quatro) dias intensos de muito aprendizado , quem estava lá sabe que saímos todos de lá com outra mentalidade sobre o que é a Lei 13.019/2014, sobre o Marco Regulatório, sobre como se da a parceria do Poder Público e da Sociedade Civil e sobre tudo isso quem ganha na ponta é a sociedade, são nossas crianças e adolescentes, então quer apenas agradecer a todos que contribuíram , a Juci, do Gabinete, que agora esta na CAD, quer agradecer Irlan, Moara, Gustavo , toda equipe da SPMJ, a equipe do CMDCA , agradecer imensamente ao conselheiro Claudio, pelo apoio , junto a SEFAZ, assim como toda a equipe da SEFAZ, que foram fundamentais , deram todo apoio para a realização dessa capacitação, estenda também nossos agradecimentos a secretaria da pasta , Sra Giovanna Victor por disponibilizar o auditório e a secretaria Fernanda Lordello que dialogou também para essa liberação. Finaliza dizendo que esta muito feliz por essa capacitação e espera que o CMDCA possa estar promovendo mais capacitações, não só para a sociedade civil, mas também para o poder público , para conselheiros de direito, para equipe técnica do CMDCA/FMDCA. Ana (SEMOB) saúda todos os presentes, agradece pela capacitação e parabeniza o palestrante, mas o chester ela ganhou e não vai precisar comprar, então já acionou seu piloto férias, só esta esperando terminar a reunião.

Leu Brasil (ABCA) diz que são férias mais que merecidas, depois de um ano de tantas demandas, eleição de conselho tutelar, conferências, alguns ainda não vão conseguir, ele também ainda tem compromissos, mas todos precisam descansar para voltar nesse 2024, se Deus permitir, com muito vigor e disposição **Gustavo (SPMJ)** quer agradecer a vice presidente, Tatiane Paixão pela organização da confraternização dos membros governamentais, alto nível , valeu pelo panetone e pelo chester. Antônio Marcos () aproveita para cobrar a feijoada prometida pelo presidente , no que ele informa que vai pagar esse dívida no próximo ano, no retorno que tudo vai estar mais tranquilo, a presidente da CEIFAR já colocou o espaço a disposição, então é só marcar a data, convidar todos os conselheiros , a equipe , o pessoal da SPMJ, os amigos, alguns conselheiros tutelares, não da para ser todo mundo e fará essa feijoada, lembrando que a pauta não poderá ser a pauta de conselheiro de direito. A pauta é para se divertir , antes do carnaval, fazer uma resenha, então parabeniza aos conselheiros governamentais por essa confraternização, organizada pela vice presidente, lembrando que é sempre bom estar se encontrando promovendo esses momentos, que infelizmente , por conta da capacitação não conseguiu se organizar e também parabenizar a equipe do CMDCA que organizou a confraternização do CMDCA, fomos todos para a churrasceria Sal e Brasa, onde participamos de um rodizio maravilhoso. A colaboradora Suellen ganhou uma cesta do presidente, foi a vencedora da brincadeira, então só agradecer por todo esse ano de 2023 que estivemos juntos em varias ações. **Michele (ACE)** solicita fala e informa que esta voltando de uma nova forma, agora com um filho no braços, diz que teve problemas na rede e não conseguiu entrar, então não sabe se já houve a informação do seu retorno. **Leu Brasil (ABCA)** diz que sim que o conselheiro Benilton encontra se presente na assembleia e que o CMDCA deseja que ela seja muito bem vinda novamente, agradece por esse retorno e deseja sucesso na composição do colegiado e acredita que eles tenham muito a contribuir nas políticas de crianças e adolescentes . **Tatiane Paixão (SEGOV)** agradece pelas palavras dos conselheiros governamentais pelo carinho, ratificando que de fato foi um encontro muito produtivo, que além desse mimo (panetone e chester) houve também o almoço no restaurante Mariposa, lugar muito acolhedor e aconchegante e gostaria também de agradecer ao gabinete do prefeito e todos aqueles que a apoiam e acreditam no seu trabalho, porque sozinha, pois sozinha não seria possível fazer tudo isso, então quer registrar que os parceiros que estão apoiando o seu trabalho conseguissem realizar tudo isso, que de fato é merecido sim, estava comentando com Adriana que a maioria do colegiado são mulheres e que tem uma jornada bem diferenciada, jornada de casa, de trabalho, de CMDCA , de secretarias bem puxado, então estavam todas merecendo esse momento, esse mimo, esse carinho, até porque quem cuida, merece ser cuidado também, então parabenizar mais uma vez a todos, desejando que as forças sejam renovadas e que no ano de 2024, possam fazer muito mais pelas nossas crianças e adolescentes. O presidente agradece por sua colocação e segue com o próximo ponto de pauta 2- **Relato das Câmaras técnicas - 1-Câmara de Registro e Inscrição** - a conselheira Marlylda faz a leitura do relato da Câmara com seguinte teor: No dia 14 de Dezembro de 2023 se reuniram de forma online os participantes da Câmara Técnica de Registro para as deliberações do dia.A reunião ordinária iniciou-se às 09h:39min com os presentes: Tatiane Paixão SEGOV, Mariselma Bomfim AEEC, Gustavo Mercês SPMJ, Evanice Tomaz Pérolas de Cristo, Sr. Fernando AGEEC, Srª Melissa FMDCA e as técnicas Rosi Almeida e Suelen Dias CMDCA. **Verificado** se havia quórum, como tinha a coordenadora Tatiane solicitou que iniciasse a reunião que se iniciou com os informes das visitas realizadas pela técnica Rosi Almeida. A técnica falou que:1- Instituto Nacional Resgatando vidas- INARV estivemos por duas vezes se encontrava fechado; 2-Creche Escola Tia Maria- nos informou que não está trabalhando Contra turno só com educação infantil; 3-ABEAC- Associação Beneficente creche escola aprendendo aprender está ok com as atividades contra turno; 4-Associação Comunitária cuidar e Caminhar ACCC- Fomos 3 três vezes estava fechada; 5-Centro Surdos da Bahia - só atende adultos;;6-Associação Alcança Bahia - já foi 2 vezes e estava fechada.Logo após esses informes a técnica Suelen iniciou a leitura dos relatórios das visitas que foram realizadas: Foram feitas as ressalvas pelos membros da câmara assim foram apresentados as seguintes instituições que estão requerendo renovação e registro: 1-Associação Escrava Imaclulada Menina (renovação);2-Associação Sagrada Família (renovação); 3-Associação de Intercâmbio Cultural Integrado Capacitação nos Bairros Saúde, Educação e Cidadania - AICICABA; 4-Associação de Amigos do Autista da Bahia-Ama Bahia (renovação); 5-Associação Amor ao Próximo; 6-Associação Sôcio Cultural Manah (registro); 7-Associação Centro Esportivo Assistencial - Ceam(renovação); 8-Associação Dom Edilberto; 9-Acopamec (renovação); 10- Creche Escola Mentes Brilhantes; 11-Instituto Noah; 12-Instituto Ana Ribeiro (registro). Após lidos os relatórios das instituições e aprovação dos mesmos ficou decidido que as instituições citadas no informe que não tiveram visitas pelos os motivos acima descritos receberam novamente a visita técnica no ano que vem. Sem mais nada para constar encerramos nossa reunião às 10h:55minutos. **Mariselma Bomfim, Relatora.** O Presidente solicita correção quanto a solicitação da instituição CEAM, pois trata-se de registro e não renovação e submete o relatório da câmara de Registo e Inscrição para aprovação. **Suelen Dias (CMDCA)** informa que gostaria de fazer 03 (três) ressalvas: 1- é necessário fazer alteração no horário do término da reunião; sobre o CEAM-Associação Centro Esportivo Social, realmente é registro e não renovação acredita que foi erro de digitação; sobre a instituição NOAH, o nome fantasia é Associação Movimento. Agradece **Ailton (AEEC)** observa que quando a relatora finaliza o relato, ela envia para todos os membros do grupo, então acha que não cabem essas correções em assembleia, pois podem ser realizadas no próprio grupo por se tratar de questões puramente técnicas. **Leu Brasil (ABCA)** agradece as contribuições e submete para aprovação o relatório da Câmara de Registro e Inscrição. **Aprovado por unanimidade Leu Brasil (ABCA)** pergunta se a conselheira **Adriana Barreto (SEMPRE)** já se encontra na sala, no caso a conselheira **Evanice (Lar Pérolas de Cristo)** informa que ela fará a leitura do relato da Intercâmara técnica de Políticas Públicas orçamento e Fundo.2- relatório projetado, conforme descrito:
" Ao décimo segundo dia do mês de dezembro de 2023, às 14h, foi dado início à reunião da Intercâmara Técnica de Políticas Públicas, Orçamento e Fundo estando presentes os conselheiros (as):Adriana Barreto (SEMPRE), Claudio Bonfim (SEFAZ), Maria Raquel (CEIFAR), Evanice Tomaz (Pérolas de Cristo), Márcio Desiderio (ABCA) e os técnicos CMDCA/FMDCA e a Técnicas: Marinalva/ Mariluce (CMDCA), Rita/Eliezer(FMDCA). Após confirmação de quórum e, na ausência justificada da coordenadora Vera Guimarães, a sua suplente Evanice saúda aos presentes, iniciando com a **Pauta de nº 01**-Onde a técnica Mara informa que conforme, solicitação desta Intercâmara a instituição realizou as adequações solicitadas, após atendimento realizado com técnicos do FMDCA/CMDCA. Os membros da Intercâmara inicia discussão sobre as adequações e informam que houve um avanço considerável no plano de trabalho atual, porém será necessário rever as metas, pois não estão

compatíveis com os objetivos específicos, bem como verificar o quantitativo de alunos/ oficinas / Instrutor; Verificar possibilidade de redistribuir o percentual dos colaboradores com intuito de incluir mais um instrutor; Descrever no cronograma de execução das atividades a reunião com os pais, especificando quem é o profissional responsável. Findo as discussões fica definido o prazo de 05 (cinco) dias para reapresentação a esta Intercâmara para que possa ser apresentado na assembleia geral ordinária. **Pauta nº2- Sobre o Relatório Gerencial do Fundo, a técnica Rita Rios explica que em virtude das demandas do Fundo não foi possível finalizá-lo, porém o mesmo será apresentado em assembleia, conforme sugestão do presidente do CMDCA. Não tendo mais nada para discussão a conselheira Evancice agradece a participação de todos os membros presentes, desejando boas festas, considerando que esta será a última reunião do ano. Finalizada a reunião. **Leu Brasil (ABCA)** Agradece a conselheira e submete o relato da Intercâmara técnica de Políticas Públicas, Orçamento e Fundo para aprovação. **Aprovado por unanimidade.** 3- Intercâmara técnica de Infraestrutura e Legislação. **Mateus (HC)** Informa que não houve reunião em virtude de ausência de pauta. **Leu Brasil (ABCA)** solicita que a informação conste em ata e segue para o terceiro ponto de pauta **3- Processo de Escolha do Conselho Tutelar resultado final e posse** - O presidente solicita a participação do conselheiro Gustavo Mercês nessa pauta para trazer uma avaliação sobre a capacitação e informações sobre a diplomação dos Conselheiros Tutelares para o quadriênio 2024/2028. **Gustavo (SPMJ)** saúda a todos e Informa que foi concluído o processo de capacitação. Foi feito um planejamento com 64 horas de módulo online, mais 20 horas das vigências e concluído com a semana presencial com palestrantes e integrantes da Rede, finalizando dessa forma às 120 horas, sendo enviada para publicação a relação daqueles que concluíram com o mínimo exigido, que era de 75% da carga horária, ou seja, mais de 90 horas. Houve um único caso com problemas, mas no geral todos conseguiram concluir. Realizada, no turno da manhã a entrega da certificação e a tarde foi feita a diplomação pelo CMDCA. Acredita que deve ter saído um ato do CMDCA e dia 10/01/2024, haverá o ato de posse com o prefeito. **Leu Brasil (ABCA)** agradece ao conselheiro e informa que o CMDCA Realizou a cerimônia de diplomação de todos os candidatos eleitos que passaram pela capacitação, conforme informações cedidas pela SPMJ, responsável pela capacitação do Processo de Escolha e hoje já esta pronta a publicação para a posse, que é um ato do poder executivo, caso ele não consiga, deve designar ou a vice-prefeita ou a secretária da pasta para proceder com o ato. Ainda não foi publicada a diplomação, pois esta aguardando informações sobre a posse, caso não tenha a informação até o dia 29/12, fará a publicação com a informação que o local e horário da posse será publicado posteriormente, visto que, boa parte dos conselheiros, vão querer levar seus familiares e amigos para prestigiar nesse momento tão importante e precisam se organizar para tal. Na sequência o presidente agradece, em nome do CMDCA, a toda comissão, a presidente e demais membros, governamentais e sociedade civil, pela excelente condução do processo de escolha. Finalizado, graças a Deus! Também gostaria de agradecer a prefeitura municipal de Salvador, através da SPMJ, por toda a estrutura montada para esta eleição; agradecer também a SEMIT, pelo programa gerado para fazer as inscrições, agradecer a guarda municipal, polícia militar, as GREs- Gerencias Regionais do Município e a Secretaria de Educação do Estado, através dos NTEs- Núcleo Territorial de Educação, agradecer, também agradecer a todos os eleitores do município, que se fizeram presente, bem como agradecer aos candidatos que perseveraram e estão ai agora, diplomados e prontos para serem empossados no dia 10 de janeiro, data unificada em todo o Brasil. Não poderia deixar de agradecer ao GT criado para elaboração da nova lei dos Conselhos Tutelares, já finalizada e agora em processo de encaminhamento ao município para que os vereadores possam apreciar e fazer a modificação desta Lei, que certamente trará benefícios para a sociedade, para os conselhos tutelares e nossas crianças e adolescentes. É realmente um momento de alegria, também gostaria de agradecer a toda equipe técnica e administrativa do CMDCA, pelo empenho, não só nesse processo, mas em todas as ações do CMDCA. **Gustavo (SPMJ)** sobre a nova lei gostaria de trazer alguns esclarecimentos importantes, essa proposição foi fruto de uma proposta construída com vários atores, entre eles a SPMJ, CMDCA, CT, MP e essa proposta foi encaminhada para o executivo apreciar e debater qual a proposta que o executivo vai fazer, ou seja, um esforço de aperfeiçoar a estrutura dos Conselhos, a atuação dos Conselheiros, a formalização dos Conselhos tutelares e dizer também que serão respeitados os direitos trabalhistas, mas é uma proposição que a sociedade ainda vai fazer pelos espaços que tem, inclusive a Câmara Municipal, mas deixar claro que não tem nada definido e que o consenso vai ser construído em 2024. **Leu Brasil (ABCA)** agradece ao conselheiro e a todos os participantes do GT. Continua dizendo que, finalizando esse ponto de pauta, nada melhor que trazer aqui o Manual do CT, criado pelos próprios Conselheiros Tutelares, que solicitaram esse ponto de pauta, para apresentarem nessa plenária, para que possa ser apreciado e publicado, se assim o plenário decidir, então gostaria de parabenizá-los, desde já pela iniciativa. O Manual tem que ser elaborado realmente por quem conhece, quem esta na ponta, no dia a dia e gostaria de passar, neste momento a palavra aos representantes do Conselho Tutelar que elaboraram o referido Manual. O presidente saúda as conselheiras Liziane, Mariana, Noemi e todos os demais conselheiros tutelares presentes, dizendo que eles sabem que é um espaço que eles sabem que podem falar como foi na gestão passada de Tatiane, de Renildo e não será diferente nesta gestão. Sintam-se a vontade para apresentarem, é um legado que vocês deixam e que espero poder aprovar. Infelizmente, Mariana, Liziane e Noemi, estão deixando o CT, será uma perda muito significativa, mas também estão chegando outros. Então sintam-se a vontade, esse momento é de vocês, haja vista que vocês deram um show na contribuição, junto com Disjane na SPMJ, para poder ter o Fluxo da Escuta Especializada no município, que também foi em dezembro na última assembleia e não seria diferente neste momento. A conselheira tutelar Liziane Codeiro (CT Itapuã) se apresenta dizendo que é conselheira deste último quadriênio e faz parte da Comissão de Administração e Planejamento do Conselho Tutelar Salvador, bem como do GT do Fluxo do CT município. Dando continuidade saúda a mesa, na pessoa do presidente e parabeniza a presidente da comissão Organizadora do Processo de Escolha pela excelente condução e finalização do processo. Inicialmente agradece ao CMDCA pela abertura do espaço para que elas pudessem apresentar o manual. Prossegue dizendo que há três anos foi criado o grupo de trabalho com intuito de uniformizar, padronizar e assessorar o Conselho Tutelar de Salvador fortalecendo a atuação do órgão e fortalecendo, sobretudo a atuação junto a REDE, uma vez que hoje a gente sabe que existe uma celeuma muito grande nessa discrepância de fluxo, nessa discrepância nesse desencontro de informações e esse grupo se propôs a isso a partir do momento que eu, enquanto coordenadora da Comissão de Administração e Planejamento, após a primeira gestão estive como coordenadora praticamente durante todo o período até quando nosso então presidente deixou o CMDCA para novos projetos e começaram surgir carretas de indagações me perguntando Lize como faço? Lize fulano faz assim, beltrano faz assim, nos ajude e diante daquela**

celeuma eu olhando o Conselho Tutelar de Salvador porque entendia que estava nesse órgão para agregar de alguma forma ajudando o órgão olhei para o cenário e entendi que não dava para o Conselho Tutelar-I atuar de uma forma o Conselho Tutelar XX atuar de outra forma e o Conselho Tutelar XVIII de outro jeito e que dessa forma nós tínhamos uma perda muito grande esse cenário do Conselho Tutelar de Salvador é totalmente discrepante um órgão de tanta relevância mas que quando a gente chega no meio da REDE agente fala que determinado conselho tutelar atua de uma forma já o outro conselho tutelar faz de outro jeito e assim tudo desorganizado e então eu naquele momento foi criando uma luz e eu disse olha vamos trazer para a Assembleia do Conselho a necessidade da gente criar dentro dessa comissão e a partir da ideia dessa comissão formar um GT e esse grupo de trabalho se propôs a criar um manual do Conselho Tutelar de Salvador com todos os fluxos mais pertinentes do dia a dia do conselheiro e a Comissão de Administração ouvindo minha proposta achou bastante interessante e concordou por unanimidade e a gente levou a proposta para a assembleia do CMDCA que também concordou por unanimidade e a partir desse ponto a gente juntou um grupo de oito pessoas para trabalharem em prol desse fluxo mas muitos que aqui se encontram conhecem o trabalho do GT e sabe que também o GT se propôs a uniformizar grandes eventos, trabalhar junto a REDE como se portar, como atuar enquanto órgão dentro da REDE da melhor forma possível de modo a facilitar o trabalho do Conselho Tutelar mas também ter essa interlocução com toda a REDE porque a gente entende que se existe uma uniformidade de entendimento, de prática diária de procedimento, ou seja, prática diária procedimental automaticamente todo mundo ganha, a REDE toda ganha, nesse momento passamos a fazer paralelamente as representações do Conselho Tutelar de Salvador enquanto GT de fluxo nos órgãos Ministério Público, Vara da Infância, SEMPRE, toda a esfera da REDE mas também fazendo o manual, para nossa graça conseguimos concluir esse manual neste momento, é um manual onde ele traça os principais fluxos do Conselho Tutelar de Salvador com a média de 35(trinta e cinco) lâminas dos fluxos mais recorrentes dentro de Salvador onde o Conselho Tutelar traz para REDE de forma clara e uniformizada afim de assessorar o Conselho Tutelar acerca dos procedimentos desses fluxos visando evitar e não incorrer em divergências procedimentais entre os Conselhos Tutelares no momento de suas atuações. Liziane Cardoso(CT-Itapuã) prossegue dizendo que nós estamos vivendo uma conjuntura nesse momento e a gente sente muito por isso, a gente de fato como foi colocado pelo presidente do CMDCA parte desses grupo não vai ser reconduzido por decisões, por situações adversas não está sendo reconduzido, esse grupo formado por oito pessoas sendo que parte está presente mas sai desse grupo Mariana Bispo, eu, Noemi Souza, Érica Ferreira e Vagner Carneiro e mantendo apenas os outros três integrantes que são Mianga Galvão, Daniela Lírios e Grace Ferreira, no entanto esse grupo ele termina aqui nesse mandato porque esse grupo ele foi proposto para construir o fluxo de Salvador, nós estamos num momento de nova gestão onde mais de 50 % do quadro de Conselheiros está sendo renovado e a gente sabe que se aqui já se tem tanta discrepância a partir do momento de um novo mandato começa tudo do zero de novo por isso a intenção é com esse manual a gente conseguir pelo menos deixar um pouco de equilíbrio nesse momento mas para isso a gente precisa de fato já conseguir trazer isso como Resolução porque a gente sabe que assim como tem muitos Conselheiros que trabalham com ética, com comprometimento, em todas as esferas de profissionalismo a gente sabe que tem também aquele que não está muito ligado para uma padronização de procedimentos e por essa razão a gente entende que tanto para REDE poder entender qual é o fluxo do Conselho Tutelar quanto para o próprio Conselho Tutelar saber qual é seu fluxo entender e praticar a gente aqui agora estabelece nesse momento e agradece de antemão por essa abertura e pede a compreensão de vocês entendendo que nosso papel enquanto GT de Fluxo para aqueles que conhecem o trabalho do GT, para aqueles que estão próximos e até meio que distantes entendem e sabem o quanto que a gente se esforçou para trazer uma uniformidade uma padronização para o Conselho Tutelar de Salvador para melhoria sobre tudo nesse diálogo Conselho Tutelar RDE que há e entendo ser muito importante e nesse momento passo a palavra para Mariana Bispo(CT-Periperi) que vai fazer uma apresentação para que a gente possa entender um pouco mais sobre o nosso manual. Mariana Bispo(CT-Periperi) saúda e agradece aos presentes na assembleia e prossegue dizendo que o trabalho realizado é uma resposta a uma demanda que já vem sendo discutida no âmbito de alguns mandatos referentes ao Conselho Tutelar acerca da despadronização, a falta de uniformidade em relação a atuação do Conselho Tutelar no exercício da atividade que é complexa, então a gente se debruçou sobre essa questão como Liziane já fez a prévia sobre esse material trouxemos atualizações legais e o foco de fato é trazer um norte ou um parâmetro inicial para o procedimento e a atuação do Conselheiro tutelar tendo em vista que não dá para a gente fazer aqui ou por material nenhum tendo em vista a dinâmica de atendimento do Conselho Tutelar e a legislação da infância por ser uma das legislações das que mais muda ao longo do tempo porque sempre sofre alguma atualização é impossível a gente exaurir dentro do corpo de um documento todas as possibilidades no universo de caso concreto, então aqui a gente trouxe a ideia de parâmetro do ponto de vista legal e do ponto de vista de fato, da experiência da atuação na hora de fazer as intervenções e aí a gente compilou uma parte em teórica que contempla a estrutura onde há conceitos básicos, a questão teórica do Conselho Tutelar, os conceitos de leis novos e nesse tópico a gente faz um apanhado trazendo uma introdução com a perspectiva histórica ao longo do desenvolvimento do Direito da Infância e os principais marcos, a história do Conselho Tutelar de onde surgiu e inclusive a história do Conselho Tutelar de Salvador a lei de criação quantos equipamentos há em Salvador, a evolução do Conselho Tutelar ao longo do tempo, o CT na sua nuance, na sua característica, no exercício de sua atribuição, na sua composição, o básico de entendimento de CT, condutas éticas que são os deveres inerentes ao conselheiro já na sua pessoa enquanto sujeito, o uso do SIPIA(Sistema de Informação para a Infância e Adolescência) e o principal que é justamente o resultado desse se debruçar do GT que é a criação dos fluxogramas de atendimentos nesse tópico a gente trouxe na ideia de todas as violências e para além da violências as ocorrências mais corriqueiras ou o que estatisticamente é mais comum de atendimento na sede dos Conselhos Tutelares, então não vai estar elencadas todas as violências possíveis mas tem as principais violências e as mais problemáticas em relação a atuação então a gente sinalizou elas e trouxemos um formato de anexo a esses fluxogramas que vão estar apresentados por lâminas sendo que cada violação segue uma lâmina além desse procedimento ordinário nós já tínhamos chancelado ao longo desses três anos de atuação dois fluxos sendo que um foi inicialmente para contrapor a Cartilha do Shopping que na verdade ainda na fase inicial dos trabalhos de construção do GT e a gente se debruçou sobre aquela cartilha e apresentou algumas situações que poderiam ou não ser absorvidas pela cartilha que não foi na assembleia que definiu isso mas aí a gente adotou como parâmetro porque a categoria já havia deliberado o procedimento então adotamos como parâmetro para recepção da demanda

quando for estabelecimento comercial e no ano passado(2022) antes do réveillon a gente iniciou também o de grandes eventos então fizemos o fluxograma específico e mais reduzido, básico e de fácil compreensão para atuação nos grandes eventos que traz a mesma perspectiva, as portas de entrada, as atuações, os encaminhamentos básicos, os fluxos que a gente definiu alguns com a REDE já estava sinalizado nessas capacitações então hoje a gente já tem aprovado o fluxo de grandes eventos, o fluxo de estabelecimentos comerciais em detrimento daqueles das demandas que foram dos shoppings que agente acabou abraçando não apenas para shoppings mas também para todo estabelecimento comercial que tiver essa demanda equiparada ou muito próxima no momento de atuação e por fim a estrutura mais complexa que hoje está com 35(trinta e cinco) lâminas e que abarca todo o atendimento ordinário do Conselho Tutelar o que chega na atuação dos conselheiros que se inicia com a recepção do atendimento, sinalizando a violação, a importância do registro no SIPIA(Sistema de Informação para a Infância e Adolescência) e assim vai sendo feito um passo a passo na demanda do conselheiro, sendo que há uma observação que deve ser levada em consideração ao longo de todo o manual de que ele foi construído para dar um parâmetro inicial do que deve ser observado, lembrando que não é um método e sim um parâmetro exaurido, apenas um norte do que deve ser observado, sendo que talvez nem tudo vai encaixar na prática do caso concreto no momento do atendimento e esse material foi feito com base nos principais marcos legais, a lei de escuta, o sistema de atendimento à violência doméstica com a Lei Henry Borel, então a gente já trouxe esse manual no parâmetro da atualização normativa, ou seja, até a última atualização que veio com a Lei Henry Borel que trouxe algumas atribuições no que tange a atuação dentro da legislação vigente a respeito da atuação do conselheiro tratando com vítima de violência doméstica, então basicamente essa é a estrutura do manual, a parte teórica vai falar exatamente sobre tudo isso. Leu Brasil(ABCA) pergunta a Mariana Bispo se alguma das lâminas traz informação sobre o fluxo de acolhimento institucional, ato infracional se o documento contempla tudo isso. Mariana Bispo(CT-Periperi) responde que sim e prossegue informando que o documento traz os tópicos de violação com as principais pontuadas como negligência; situação de mendicância; abandono de incapaz; abandono material; abandono intelectual; abandono afetivo; vítima de violência psicológica: exposição a risco que atualmente está equiparado a uma violência psicológica inicialmente independente do resultado da exposição ao risco independente de qual seja o risco ele já caracterizado com o advento da Lei Henry Borel como uma violência psicológica praticada contra a criança e ao adolescente; a situação de trabalho e/ou exploração do trabalho infantil; uso de substância psicoativa e álcool; vítima de violência física; violência sexual com o fluxo já desmembrado de acordo com a lei que traz o que é a violência sexual na exploração sexual, no abuso sexual e no tráfico de pessoa conforme também com a Lei de Escuta; a violência patrimonial; a violência institucional; a violência doméstica; suspeita de maus tratos sendo uma demanda ampla não importando a porta de entrada por se tratar de aquela notificação compulsória já tem alguns órgãos que consta no rol independente dele foi feito para que qualquer porta de entrada consiga entender qual é a atuação do CT para essa suspeita de maus tratos; ato infracional; o adolescente na prática de ato infracional essa demanda traz o CT zelando pela integridade dos direitos humanos e se violados qual é a atuação do CT como é feita a articulação para acessar a violação dos direitos humanos, os encaminhamentos que vêm depois dele se recepcionado pelo SINASE(Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) a determinação judiciária que que vem de praxe para cumprimento também é detalhada no fluxograma; educação: a ausência de vaga; ausência de ADI; infrequência e evasão escolar; índice elevado de repetência; retenção de documento escolar essa é uma prática comum principalmente no início do ano por escolas e instituições particulares em sua maioria e públicas envolvendo a ausência de documentos entregues anteriores à matrícula até o momento em que a criança e o adolescente fica com o documento retido na unidade de ensino em que está porque não houve a evolução do histórico para a última instituição, sendo comum a agente também acredita ser importante trazer esse tópico no âmbito da educação; na saúde: evasão hospitalar e nesse momento Leu Brasil(ABCA) diz que é importante esse tópico de evasão hospitalar e que inclusive o CMDCA provocou o MPBA sobre essa questão e Mariana Bispo(CT) prossegue sua fala dizendo que acha que há um grupo permanente que sempre discute o GT da saúde e que Dr. Bartel é com quem volta e meia a gente discute sobre essa situação de evasão hospitalar e o CT-Ilhas especificamente tem um recortado que além de tratar isso em geral ele também trata das ilhas de forma recortada então tem uma atuação específica para o pessoal da ilha interessante onde a gente discute vários desses temas; Adolescente Grávida; Atraso Vacinal; Ausência de Serviço ou Profissional Especializado; Conflito Familiar; Ausência de Registro de Nascimento; Ameaçado de Morte; Vítima de Violência Psicológica; Bullying que vem no mesmo formato da Lei de Escuta desdobrado em bullying; Alienação Parental e aí vai estar exposição a risco que já elencado anteriormente como passou a ser de fato violência ele vai ser incluído no rol das violências; Acolhimento Emergencial e Mariana Bispo(CT) finaliza sua fala dizendo que o GT teve três anos no entanto para além da atribuição de compor e fazer esse material a gente também assumiu outras responsabilidades ao longo desses três anos em tom de representatividade do Conselho Tutelar e que se não fossem os compromissos paralelos a construção do manual talvez tivesse ficado maior abarcado um pouco mais de violações mas hoje dentro da possibilidade e a necessidade inclusive de agora colocar um manual para auxiliar, orientar principalmente esse novo mandato que parece que em sua maioria vem com novos conselheiros pelo formato inicial que foram feitos alguns levantamentos haverá aproximadamente mais de 50% de renovação do quadro para a nova gestão que se inicia em janeiro de 2024, por isso se faz importante esses conselheiros já virem com esse parâmetro, com esse norte e nesse ponto a gente sabe que é um manual que vem com sua versão inicial e já como é esperado vai sofrer suas modificações ao longo da atuação e sendo complementado é o que a gente espera seja pela coordenação do CT, seja por alguma comissão específica, que na verdade até tem se fomos olhar que estudos caso na sua atribuição regimental tem essa questão de se debruçar sobre o fluxograma, sobre a forma de atender buscando essa padronização acredito que deve ser atualizado ao longo do tempo para estar sendo um documento sempre atual para que não fique defasado, obsoleto, frente às atualizações legislativas em relação à criança e ao adolescente que sempre tem uma vez que nosso sistema ele é bem dinâmico e no mais deixa aberto para as dúvidas que vierem a surgir sobre o material apresentado ou alguma informação que precise que talvez não tenha sido passada e agradeço a atenção dos presentes na assembleia e conto com esse apoio importante dessa casa para apoiar a questão do manual, além disso por que a necessidade de uma Resolução, para que realmente ele tenha validade, para que se possa criar efeitos vinculantes, para que de fato não seja apenas um documento que ao longo do tempo seja desprezado de fato não só pela atuação do conselheiro mas também pela REDE. Leu Brasil(ABCA) agradece e parabeniza a cada um dos integrantes do GT que trabalhou na construção do Manual sinalizando que ele fez parte

desse colegiado do Conselho Tutelar deixando o CT em 2021 e esse grupo deixa um legado para o Conselho Tutelar de Salvador, haja vista que tem muito apoio e que apenas os integrantes desse grupo construindo em três anos todo esse material e ainda vai deixar esse trabalho que foi realizado não só para o próximo mandato 2024-2028, como também para os que entrarão em outros mandatos, claro que é feito um aperfeiçoamento e outro e mais uma vez parabeniza pelo grupo ter buscado a fundo os temas realmente de forma minuciosa para tratar que se acredita que não ocorrerá no dia a dia porém há no cotidiano do CT, porque são tantas coisas que o CT passa a ser porta de entrada, sendo a principal porta de entrada da REDE de proteção à criança e ao adolescente e felicitamos o GT pela construção do Manual e finaliza dizendo que se algum conselheiro de direito do CMDCA queira se colocar para tirar alguma dúvida, dar alguma contribuição, fazer algum tipo de questionamento deixa o espaço aberto e finaliza sua fala sinalizando que haja vista estamos diante de algo maravilhoso depois do último regimento interno aprovado em 2009 é a primeira vez que o CT vem a essa casa trazendo um material obviamente antes com a REDE em relação a escuta especializada agora um documento exclusivo e considero um material muito bom que possa ficar não apenas para o CT mas também para REDE de atendimento à criança e ao adolescente e o grupo que elaborou o material assim como os demais conselheiros conversar com a Secretária da SPMJ Fernanda Lordelo se consegue viabilizar a impressão desse material com encadernação assim como é feito em outros tipos de manuais do poder público e buscar apoio também da iniciativa privada para poder colocar esse material à disposição da sociedade, porque assim como quero ter e acompanhar esse material enquanto ex-conselheiro tutelar, enquanto membro do CMDCA e outros também certamente vão querer porque a gente vai trabalhar, vai se basear nesse manual para poder observar como é que está a atuação dos conselheiros tutelares, então parabéns ao grupo pela iniciativa e fica agora o espaço aberto para os conselheiros de direito do CMDCA. Gustavo Mercês(SPMJ) saúda a todos e inicialmente parabeniza a iniciativa feita e diz que acredita que isso demonstra um compromisso com a questão pública e a causa das crianças e adolescentes de Salvador que a gente pode entender como um final de mandato, que as pessoas podem estar cansadas pela própria jornada exaustiva e missionária da atividade de conselheiro tutelares e vocês dedicaram mesmo nesse intervalo de tempo a se debruçar para entregar uma contribuição que vai ficar para a sociedade em defesa das crianças e adolescentes e segue sua fala informando que não teve acesso em contato nas minúcias do manual e diz que acredita que ele fruto de uma rica contribuição da experiência desenvolvida ao longo desse tempo mas gostaria de informar que não me sinto muito confortável em pautar isso como Resolução porque carecia de uma apreciação mais minuciosa porque o manual ele tem uma contribuição importante no sentido de orientação mas fico um pouco desconfortável porque quando se pensa em manual se pensa em orientação normativa e por ser algo que pode ter um caráter normativo fico um pouco desconfortável que saia como Resolução e acredito que pode sair como uma proposição apresentada ao CMDCA e a sociedade e a gente ficar com o compromisso público de divulgar mas não com uma perspectiva resolutiva desse conselho e sim uma apreciação prévia do material e do seu conteúdo presente essa é a minha reflexão e assim finaliza sua fala. Leu Brasil(CBCA) pergunta se há mais algum dos conselheiros de direito do CMDCA que queira se colocar e após aguardar e não ter nenhuma solicitação de fala por parte dos conselheiros de direito do CMDCA sinaliza que o manual é um material importante e que deve ser disponibilizado para a sociedade trazido e apresentado pelo CT que deixa um material construído ao longo de três anos e que dentro do município de Salvador e outros município não têm um material como esse não observando nenhum problema em ser publicado como Resolução e o que foi apresentado no material acerca de orientação se faz necessário enquanto Prefeitura Municipal de Salvador e CMDCA se ter o compromisso junto ao Conselho Tutelar de apresentar algo que possa ficar para a sociedade e o porquê de se colocar em Resolução e não apenas como manual informativo é porque assim como foi com a Cartilha do Shopping onde houve uma discussão com a REDE esse manual precisa ser colocado como Resolução advém do fato de que como apenas manual informativo parte dos conselheiros tutelares não vão seguir as orientações que estão colocadas nesse manual e seria um desrespeito o CT construir um material como esse durante três anos e a gente não ter o compromisso daqueles que vão zelar pelos direitos humanos e constitucionais das crianças e adolescentes de Salvador nos próximos quatro anos e esse manual se apresenta como um material muito bom não há como os conselheiros tutelares não seguir, mas infelizmente assim como tem sindicância no CT e ainda assim temos dificuldade pelo cumprimento correto do fluxo imagine fazer a divulgação do manual sem constar como Resolução e dessa forma se ter um respaldo não apenas a nível de CMDCA mas como também oriento o CT a buscar a Prefeitura Municipal de Salvador. Liziane Cordeiro(CT-Itapuã) solicita a fala e reitera que só fazendo um adendo a fala de Leu Brasil que já contempla o que gostaria de dizer mas que acredita ser importante dizer que o fato dos conselheiros tutelares seguir de fato o que se traz no manual uma vez que se ele não tiver efeito vinculante com certeza ele não será aplicado na prática na sua essência, com a sua efetividade, então a ideia do GT foi exatamente trazer isso até porque a própria REDE como um todo inclusive partindo de diálogos com a própria secretaria a qual estamos vinculados tem essa dificuldade com a padronização, uniformização e a ideia do GT em relação a confecção do manual foi exatamente a de que a gente pudesse trazer sobretudo a vinculação desses fluxos dentro do próprio CT claro que isso vai trazer uma unificação, uma padronização e assessoramento que vai fortalecer como um todo não só o CT com também a REDE em si, porque como bem colocado por Leu Brasil se eu estou de posse desse manual se um conselheiro tutelar ou sum colegiado está atuando de maneira adversa daquilo que não tem como estar agindo assim porque no manual não há nada sem ter embasamento legal está tudo dentro do parâmetro da legislação vigente, por tanto se algum CT esteja atuando em desacordo a isso então a atuação está desalinhada sendo necessário voltar e se o manual não for uma Resolução então de fato a gente não terá que cumprir e não havendo assim sanção pelo descumprimento e nesse aparato quero dizer também que caso essa assembleia decida por publicar o Manual como Resolução de antemão já pedimos o apoio para que a gente possa aprovar uma verba para poder imprimir esses manuais para poder ceder a sociedade, aos Conselhos Tutelares para que a gente possa efetivar de fato e trazer isso de uma forma benéfica que é esse e sempre foi o intuito e objetivo da confecção do manual e finaliza sua fala agradecendo o espaço dado para poder se colocar. Leu Brasil(ABCA) agradece a Liziane Cordeiro e dá espaço para Mariana Bispo discorrer e esta informa que em resposta a inquietude de Gustavo Mercês inclusive compreensível que a tenha e que o GT já tinha imaginado essa perspectiva porque não era de fato o objetivo do GT e que o objetivo era que o grupo ainda tivesse um tempo hábil ainda cumprindo as agendas que foram estabelecidas inicialmente que o GT realmente finalizasse disponibilizando o material previamente para que houvesse mais segurança para que quando se chegasse exatamente a esse momento de discussão no entanto

realmente devido a conjuntura que o fluxo passou, as representatividades que foram assumidas acabaram impactando na agenda principal do fluxo que era o manual então quando o grupo se debruçou na última reunião que realizaram e durante essa semana estamos nos reunindo praticamente todos os dias no já deve perdurar cerca de 20(vinte) dias sendo presencialmente ou virtualmente para tentar cumprir justamente o objetivo pelo qual o GT foi criado entendendo inclusive com as rupturas que se dá com o mandato muita coisa se perde já houve a tentativa já houve a tentativa há quatro anos atrás de fazer um manual e com a transição do mandato tudo se perdeu então quando o GT iniciou os trabalhos com o fluxo já não se tinha se quer referência de materiais que estavam sendo trabalhados ao longo dos quatro anos do mandato da gestão 2016, então foi justamente quando decidimos vamos colocar a cara a tapa defendendo e apoiando a importância desse manual e mesmo não cumprindo a agenda inicial disponibilizar de fato para uma discussão mais amadora o material antecipadamente a gente tivesse a oportunidade de colocar, de falar sobre a dificuldade que os integrantes do grupo teve em estar num grupo com um nível de exigência e complexidade que foi o GT fluxo assumindo as responsabilidades que as assembleias deliberou ao longo de sua criação, além do objetivo principal de sua criação e manter isso com a atuação diária no CT realmente uma dinâmica muito exaustiva e complicada quando a gente não tem uma dedicação integral o que seria o caso a um trabalho dessa qualidade inclusive discussões acho que mais amadurecidas para esse momento mas compreendo isso a nível de esclarecimento a você Gustavo Mercês e a tantos outros inclusive a nossa mesmo de não ter conseguido montar o material a tempo para que a gente discutisse talvez de forma mais madura a tratativa do manual. Mariana Bispo agradece e encerra sua fala. Leu Brasil(ABCA) agradece a Mariana e informa que diante da apresentação feita pelo Conselho Tutelar e as considerações feitas em debate submeto ao colegiado do CMDCA a apreciação e aprovação do Manual de Fluxo do Conselho Tutelar de Salvador para a aprovação e pergunta se há alguma oposição ao manual. Gustavo Mercês(SPMJ) diz que gostaria de manifestar não aprovação mas não no mérito do conteúdo porque não pode dedicar não é uma reprovação com a contribuição, mas justamente por essa situação de não ter tido apreciação prévia já que vai ser algo normativo então volto a dizer que não me sinto confortável nesse sentido para esse momento eu não aprovo por Resolução. Leu Brasil(ABCA) agradece a Gustavo Mercês pela sua fala e segue informando que a proposta ainda está em votação e pergunta se alguém mais se opõe a proposta. Marlylda Barbuda(Gabinete PMS) parabeniza de antemão o GT pela construção do manual e ter se debruçado a estudar, mas também diz que concorda com Gustavo Mercês que também não se sente à vontade que apesar de ser suplente de Tatiane Paixão gostaria de ter conhecimento apurado o mérito do conteúdo que foi exposto para me sentir mais à vontade para votar ou não e tenho certeza que houve dedicação plena, que houve estudo para construção mas até para conhecimento, para consulta e orientação em caso oportuno se surgir então gostaria de ter mais conhecimento, de ter feito uma leitura prévia, gostaria de ter recebido o manual para que a agente pudesse fazer a opinião pela aprovação ou não com garantia concordo com Gustavo Mercês quando ele se manifesta dessa forma. Ana Batista(SEMOP) diz que enquanto representante da Câmara de Infraestrutura gostaria também de ter lido previamente o manual para poder votar com mais clareza e ser assim a favor, mas fico feliz com o empenho dos conselheiros tutelares do GT com relação a esse manual mas vou me pronunciar diante disso não apenas como conselheira de direito do CMDCA mas também como membro da Câmara de Infraestrutura gostaria de ter tido um prévia acerca do manual. Leu Brasil(ABCA) informa que como foi aberta divergência e como os conselheiros governamentais estão se pronunciando irá realizar chamada da votação nominal e assim cada conselheiro de direito emite seu voto para que seja feita a contagem de votos e verificar se foi aprovada ou não a proposta do manual e Leu Brasil(ABCA) prossegue realizando a chamada com Matheus Russo(HC) que vota a favor do encaminhamento para publicação-aprovação, Evanice Thomaz(Lar Pérola de Cristo) também vota pelo encaminhamento para publicação-aprovação, Marcos/Ademir(ABE Paz e Vida) não estão presentes, Benilton Bonfim (Balé Esperança) vota a favor do excelente manual apresentado-aprovação, Ailton Santos(AEEC) vota a favor do encaminhamento para publicação-aprovação, Maria Raquel(CEIFAR) vota também pelo encaminhamento para publicação do manual-aprovação, Tatiane Paixão-Titular(SEGOV) não está presente, Marlylda Barbuda-Suplente(SEGOV) vota contra encaminhamento para publicação-reprovação, Gustavo Mercês(SPMJ) contra o encaminhamento por não conhecer o mérito da pauta-reprovação, Ana Paula(SMED) não está presente, Gilca Carrera(SMS) não está presente, Claudio Bonfim(SEFAZ) vota contra-reprovação, Adriana Barreto(SEMPRE) vota pelo não encaminhamento-reprovação, Ana Batista(SEMOB) não está na sala no momento da votação, Leu Brasil(ABCA) vota pela aprovação do manual e publicação-aprovação, encerrada votação conforme apuração de voto nominal (4(quatro) votos contra, 6(seis) votos pela aprovação) o presidente do CMDCA declara aprovada a proposta do Manual de Fluxo dos conselheiros tutelares do Município de Salvador e parabeniza o CT parabeniza a votação por parte do colegiado do CMDCA sinalizando que é assim o espaço democrático nem sempre governo e sociedade civil vão está juntos no mesmo entendimento mas é importante e democrático o processo não se trata de ser contra e com certeza não é esse o sentimento dos conselheiros governamentais que nesse momento votaram desfavorável mas o processo é democrático então considero aprovado o Manual de Fluxo dos conselheiros tutelares do Município de Salvador, parabéns as conselheiras Liziane, Mariana, Noemi, Daniela e os demais conselheiros presentes na assembleia posteriormente o CMDCA encaminhará para publicação o manual e parabéns ao GT pelo trabalho na construção em três anos desse manual feito por vocês. Adriana Barreto(SEMPRE) agradece pelo espaço de fala e diz que seu coração está dividido em dois sentimentos o primeiro é que tem a convicção de que votou de forma consciente porque gostaria de ter tido acesso prévio ao manual e o outro é a felicidade pelo trabalho desempenhado pelas conselheiras do GT de Fluxo que participou dessa construção lá no início quando foi convocada, quando recebeu convite para reunião a época Mariana, Rodrigo ainda estava no GT de Fluxo e que hoje está salve engano no PPCAM(Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte), mas pude contribuir e se sua votação fosse com base no que foi construído naquela época eu votaria a favor tranquilamente mas depois daquela época vim para outra supervisão de serviço na SEMPRE e as atuais supervisoras do serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes elas afirmam não terem sido mais provocadas nesse sentido e dessa forma votar a favor sabendo que eu represento a SEMPRE e sabendo que existem outras instâncias, outros setores como a Central de Regulação de Vagas, que Mariana bem sabe que é um ponto bem sensível e nosso presidente Leu Brasil do CMDCA também sabe, então a primeira pergunta que eu me fiz foi como é que está aí essa questão da central de vagas será que está abordando o fluxo central de vagas, de solicitação de vagas, provavelmente sim, então por isso por saber que eu represento a SEMPRE eu não poderia de modo nenhum aprovar para

encaminhamento sem que eu tivesse acesso a todo o conteúdo do manual porque é uma responsabilidade muito grande mas quero parabenizar vocês que trabalharam nesse projeto e realmente eu tenho certeza que vocês se implicaram com muita responsabilidade conheço um pouco do perfil de vocês talvez Liziane um pouco menos mas escuto falar muito bem da atuação, Mariana eu tenho um contato mais próximo e sou fã dela do período que enquanto conselheira tutelar nós atuamos juntas, mas eu não queria dar meu voto de forma fria por isso que eu pedi direito a fala em respeito a construção que vocês fizeram. Leu Brasil(ABCA) diz que reafirma o que já havia falado antes de que tenho certeza de que o voto desfavorável por parte dos membros do governo foi mesmo no sentido de não ter tido acesso prévio ao material mas que ficou com receio de ao solicitar o material para acesso prévio e esse material construído por eles ter vazamento desse material antes da publicação, então houve essa minha preocupação e ficar responsável por isso até porque já aconteceu fatos aqui inclusive no Processo de escolha do CT-2024/2028 e a gente não queria que isso se repetisse houve uma divulgação de uma lista de locais de votação durante a eleição como se fosse material do CMDCA isso causou um desconforto muito grande até porque eu não estava na comissão então eu me preocupei em relação a isso, quando Gustavo faz a fala de que o voto dele é no sentido de não ter conhecido o material com antecedência e de Marlylda também estou de acordo e espero realmente com a divulgação desse material que foi construído todos possam apoiar a divulgação desse material o poder público, a sociedade civil a qual parabenizo pela coragem de votar e aprovar esse material e também os órgãos que compõem a REDE de proteção a gente possa divulgar assim como foi feito todo um trabalho para divulgar a Cartilha do Shopping então a sensação que a gente tem aqui é que realmente houve um debate e com sua explicação Adriana fica melhor ainda realmente agora eu compreendo que eu sei que você é uma pessoa comprometida assim como os outros conselheiros de direito é comprometida com a questão e teve também esse cuidado de não criar nenhum tipo de dificuldade ou problema dentro da sua secretaria até porque vocês está aqui representando uma secretaria também muito importante e estratégica que diretamente está lidando com o CT que tem várias pautas, a da proteção social básica, de alta complexidade, acolhimento, a questão do cadastro do Bolsa Família, uma secretaria realmente que tem muita relação com o CT e é importante você registrar o porquê de você nesse momento não votar favorável ao manual mas que ao mesmo tempo se alegra também pela construção desse material. Gustavo Mercês(SPMJ) diz que vai respeitar a votação e sabe que tem a obrigação de respeitar porque o resultado de uma votação do colegiado é legítima soberana mas gostaria de fazer uma contribuição porque observei que veio no formato de manual mas que ele veio num formato mais didático para orientação mas no que tange a Resolução vai me parecer um esforço de tentar traduzir isso no formato de Resolução para não só fazer menção só a algo que a gente não vai visualizar na publicação que é transformar as contribuições no formato de anexo que permite a compreensão e ter o cuidado de que se tiver qualquer questão que possa de alguma implicar em mudança porque a unidade CT é uma órgão colegiado da estrutura administrativa da prefeitura e toda a alteração que implique em mudança ela precisa passar pela Procuradoria do Município para esse formato da sua validação jurídica, então ter o cuidado de que a gente possa transmitir e extrair desse manual tudo que tem haver com a atividade finalística do CT e não de mudança que impacte na forma estruturada que o CT está dentro das legislações do executivo é só uma preocupação porque a gente não vai transmitir porque a gente sabe que não vai conseguir publicar esse manual nesse formato que foi apresentado pode até colocar fluxogramas mas no formato de Resolução precisa de uma forma que não entre em conflito com a estrutura do executivo porque o executivo poderia entender que esse manual precisaria de uma análise prévia da Procuradoria Geral do Município-PGM é uma contribuição que pode ser entendida como uma observação para que não saia dessa estrutura didática de manual e acabe em transformação estrutural do CT que vá impactar na estrutura do executivo na publicação no DOM. Leu Brasil(ABCA) informa que essa Resolução referente ao manual deve ser publicada assim como é publicado os planos municipais no mesmo formato desses planos então inclusive disponibilizar no site do CMDCA em formato PDF desse manual a nossa Resolução vai ser bem simples fazendo os considerando fundamentais na lei do ECA, na do CT, a Resolução dispõe sobre aprovação assim como com a Resolução do Regimento Interno do CT então nada que vá infringir as atribuições do CT ou colocar novas situações não nos compete e nem ao CT e tenho certeza que na construção desse manual se atentaram e tiveram cuidado para essa questão mas é importante também a sua fala inclusive gostaria de contar com a sua contribuição obviamente posterior aos períodos de festa que a gente possa sentir você Gustavo com a sua experiência junto com Liziane, o GT e a gente do CMDCA para você nos dar uma ideia de como a gente publicar melhor essa Resolução no mais agradeço a todos pela votação, pela contribuição, agradeço ao CT através do GT Fluxo parabeno vocês pela iniciativa desejando sucesso a vocês inclusive propor a vocês posterior a essa a posse dessa eleição venham capacitar com base nesse fluxo para que vocês possam sentir junto com a gente e construir uma capacitação com base nesse fluxo não sei como seria o formato mas a gente dialoga e já faço esse pedido a vocês, uma vez conselheira(o) tutelar sempre conselheira. Liziane Cordeiro(CT-Itapuã) concorda com a fala de Leu Brasil e agradece a oportunidade e que a preocupação de Gustavo é pertinente mas que de fato o manual está embasado na legislação vigente e em uma padronização do que já existe antemão nos colocamos à disposição e o CT de Salvador ganha muito com esse ato que será feito a partir desse momento. Erica agradece pela oportunidade. Leu Brasil(ABCA) passa para o próximo ponto de pauta que são as Capacitações/2024 e informa que o FMDCA recebeu em 2019 dois recursos do Banco ITAU Consignado um no valor de R\$ 100.000,00(cem mil reais) em 19/12/2019 e o outro do Banco ITAUCARD no valor de R\$ 50.000,00(cinquenta mil reais) totalizando um valor de R\$ 150.000,00 que é para assessoria técnica às entidades de atendimento com registro válido no CMDCA, sendo que é um recurso parado desde 2019, haja vista que é raro a realização de capacitações e a gente precisa capacitar nossas entidades de atendimento e a utilização desse recurso foi condicionada pelo ITAU para assessoria técnica às entidades de atendimento conforme a projeção do contrato de doação projetado que indica em seu anexo I que essa doação é para aporte institucional com foco na assessoria às entidades inscritas no CMDCA de Salvador e conforme essa informação submeto ao colegiado para aprovação desse recurso para capacitações das entidades de atendimento em 2024 tanto para as entidades como para o poder públicos uma vez que vimos que dá certo trabalhar FMDCA, CMDCA, conselheiros de direito e as OSC's sendo importante a continuidade das capacitações para 2024 a gente montar a estrutura para as capacitações e é importantíssimo a gente ter esse momento já que a gente tem recurso disponível parado no FMDCA e consta no relatório gerencial do FMDCA e a gente nunca utilizou já que boa parte das capacitações são feitas pelos próprios conselhos porque muitas vezes o município não dispõe o recurso para fazer essas capacitações nós temos recurso e a proposição ao colegiado é aprovar esse recurso para fazer as

capacitações das entidades de atendimento 2024, seja na esfera das parcerias, seja na esfera também dos atendimentos do PMASE (Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo), seja no Plano Socioeducativo em Meio aberto, capacitar as entidades de atendimento como elaborar Plano de Trabalho, como confeccionar Relatório de Atividades, como construir o Plano de Ação, como montar toda essa estrutura acredito ser importantíssimo a gente ter essa rubrica para que possamos trabalhar em 2024 com as capacitações, então submeto a proposta desse recurso supracitado do ITAU para as capacitações em 2024 para as entidades de atendimento registradas no CMDCA assim como o poder público através do FMDCA e CMDCA. Gustavo Mercês (SPMJ) diz que complementado a informação passada por Leu Brasil já existe rubrica orçamentária não do FMDCA mas da própria estrutura da SPMJ para capacitação de conselheiros do CMDCA, do COMJUV e de outros conselhos que estão ligados a SPMJ então existe essa rubrica não precisa nem de aprovação basta abrir procedimento e informar que existe a rubrica específica para capacitação. Leu Brasil (ABCA) pergunta a Gustavo Mercês qual o valor disponível e Gustavo responde que em 2023 há uma rubrica de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e que é uma rubrica que todo ano sai na LOA (Lei Orçamentária Anual) então é só verificar o que está disponível abrir procedimento dizer o termo de referência e o objeto e abrir processo de contratação. Leu Brasil (ABCA) diz que vai propor também a aprovação desse valor para capacitação da REDE com os Conselhos Tutelares, conselheiros de direito haja vista que esse recurso é importe também para que a gente possa trabalhar essa questão problemática que a gente tem sobre a abordagem e a busca ativa sobre essa questão da quantidade de crianças e adolescentes nos estacionamento dos grandes shoppings, dentro dos shoppings, dentro dos grandes supermercados e demais redes de mercados chegam ao CT e agente não gostaria de capacitar só o CT mas também os conselheiros de direito, a REDE, a assistência social, a Guarda Municipal, a PMBA, a DERCA, a DAL, ou seja, chamar toda a REDE para uma capacitação de 24h durante 3 (três) dias a gente traria um palestrante, seria muito importante esse momento e parabeno a prefeitura por ter colocado esse recurso a disposição esses R\$ 100.000,00 (cem mil reais), então submeto a aprovação do colegiado os recursos de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) através do ITAU Consignado e ITAUCARD para a capacitação das entidades de atendimentos e administração pública e o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) do recurso do Tesouro para a capacitação dos conselheiros tutelares em 2024 e Leu Brasil (ABCA) coloca para aprovação do colegiado a proposta e pergunta se há alguém que se opõe a proposta e todo o colegiado aprova a proposta por unanimidade. Leu Brasil (ABCA) parabeno a colegiado pela aprovação por unanimidade e pontua para Gustavo que gostaria de contar com a experiência e capacidade técnica dele para ajudar assim como foi com Juci não será diferente com ele que tem dado apoio a essa gestão do CMDCA e tem sido uma figura que tem nos ajudado muito na relação entre sociedade civil e poder público mostrando que é possível sim poder público e sociedade civil dialogar e na ponta quem ganha são as crianças, os adolescente e a sociedade. Marcos (ABE Paz e Vida) diz que a colocação feita por Leu Brasil em relação a capacitação é muito importante que REDE e não apenas o CT porque atualmente em Salvador a gente vê muitas falas diferentes sobre atribuições então é muito importante que a REDE venha está junta como foi citado chamar a DERCA, DAL, Guarda Municipal, PMBA, MPBA, DPBA, representantes das unidades de acolhimento de crianças e adolescentes sendo bom que estejam todos juntos, uma capacitação nesse nível seria um marco no município de Salvador algo que poderia muito bem levar qualidade ao atendimento colocar cada peça do xadrez no seu lugar. Leu Brasil (ABCA) parabeno o conselheiro Marcos pela fala e parabeno mais uma vez a aprovação do colegiado e prossegue dizendo que as capacitações para REDE, conselheiros, administração pública continuam porque todos ganham é um aprendizado que fica e melhora a relação entre poder público e a sociedade civil. Leu Brasil (ABCA) passa para o próximo ponto de pauta que é o Edital de Chamamento Público/2024 e segue dizendo que o instrumento normativo já está ajustado pela Dr.ª Edna, as contribuições feitas pelos membros da comissão, do conselheiro Gustavo Mercês e o CMDCA já encaminhou a minuta do Edital à SPMJ e esta secretaria já está providenciando para encaminhar para a Procuradoria e assim que houver o retorno da PGM ser encaminhado para a publicação com um novo cronograma provavelmente para o início de 2024 para que se possa fazer o lançamento do Edital e gostaríamos de contar com a participação do prefeito de Salvador, da vice-prefeita, da Secretária Fernanda Lordelo nesse lançamento do Edital de Chamamento Público já aprovado anteriormente em assembleia desse colegiado. Gustavo Mercês (ABCA) informa que a proposta acerca do Edital foi recebida pela SPMJ e está sendo analisada internamente pegando as contribuições do termo de referência do documento para não ter retrabalho de ir e voltar na PGM e finalizada a análise será encaminhado para a PGM e retornando com o parecer damos prosseguimento ao processo. Leu Brasil (ABCA) agradece a Gustavo e informa que sobre o Edital de Chamamento Público 001/2022 dos 22 projetos habilitados e aprovados até o momento 5 instituições que são Santa Casa de Misericórdia, Associação Dinamys Team, Instituto Igor Arcanjo, João Paulo II e Associação Pero Vaz Velha, agradeço o esforço da prefeitura mas infelizmente a gente não conseguiu cumprir o nosso prazo que a gente tinha proposto CDMCA e Prefeitura através do FMDCA para que a gente pudesse assinar com essas entidades acredito que ainda esse ano ou já no início de consegue assinar algumas parcerias, mas a gente não conseguiu cumprir haja vista a demanda e o próprio trâmite com a administração pública e fazemos aqui um pedido, um apelo aqui a Prefeitura Municipal de Salvador para que a gente possa dar celeridade nos ajustes nos Planos de Trabalhos haja vista que boa parte das instituições cumpriram as diligências estão com suas documentações em dia e é importante que a gente possa ter algumas assinaturas ainda este ano e alguns no início de janeiro/2024 sei que fechou o ano fiscal, salve engano deve ter fechado ontem o ano fiscal ou fecha hoje, o ano fiscal do município por conta das eleições no próximo ano abrirá mais cedo e a gente possa aí pagar colocar o dinheiro na conta das instituições haja vista que que são recursos muito batalhados através da doação de Imposto de Renda e a gente precisa que esse dinheiro chegue na ponta e as instituições possam executar os seus projetos e assim possam ajudar o poder público de forma complementar na execução dessa política pública e nada melhor a gente começar o ano com dinheiro na conta das instituições para que as coisas aconteçam, então faço pedido tanto a toda a equipe do FMDCA que sei que tem tido uma dedicação incrível Wagner, Rita, Eliezer, ou seja, todos os membros do FMDCA houve também esforço por parte da Secretária e do Subsecretário da SPMJ mas infelizmente não foi possível, mas ainda há algumas entidades que foram contempladas e que estão aguardando o seu recurso aguardando a assinatura do Termo de Fomento e é importante que a gente possa ter esse recurso na conta das instituições haja vista que a gente pactuou isso no ano de 2022, então reitero como presidente desse colegiado e faço esse pedido para que a gente possa dar continuidade nas assinaturas desses Termos de Fomento e que principalmente o recurso chegue na conta das instituições para que possam desenvolver em 2024 seus projetos. Mateus Russo (HC) saúda os presentes na reunião e diz que

sobre essa pauta concorda que há um esforço coletivo onde a gente vê um esforço e uma mobilização bastante competente do FMDCA que está atuando, mas a gente sabe que o processo infelizmente não aconteceu e não finalizou ainda como gostaríamos mas entendemos que pelo fato de serem processos como disse Nailton Cazumbá há um tempo, para além de tudo antes de dar continuidade a minha fala gostaria de falar da importância dessa capacitação que aconteceu de forma coletiva e ali estavam os atores de fato que lidam diretamente com as políticas então é importante nós estarmos sentados ali sociedade civil, FMDCA, secretarias envolvidas com direito de crianças e adolescentes porque unifica o discurso o que o especialista e Dr. Nailton Cazumbá trouxe e traz para a gente porque a educação a forma dele fazer é extremamente grandiosa é presente mesmo já tendo acontecido esses dias ainda está presente de forma muito forte a gente conseguiu eu acho que vencer essas questões no sentido de estarmos todos com uma uniformização das informações e isso é muito positivo porque a partir do momento que ele nos diz que essa burocratização não deve acontecer ele nos traz um conhecimento, uma luz de que o MROSC existe não para burocratizar ele obviamente é para fazer com que a política pública aconteça de uma forma até mais importante, essa fala dele ficou para mim muito pertinente inclusive para esse momento por isso que eu estou trazendo porque o MROSC ele foi concebido para que se observasse, acompanhasse e fiscalizasse a execução não é para burocratizar o mais importante inclusive quando se criou o MROSC a ideia era de que se não houvesse prestação de contas nesse sentido, que o mais importante que existe é a realização da atividade, então se a gente sabe se as instituições realizam as atividades com competência e responsabilidade com o que faz e se isso é de notório saber essa informação chega a outra parte burocrática deveria ser dispensável essa é a ideia do MROSC não é Mateus nem é Nailton Cazumbá que está trazendo, então diante desse fato eu quero mais uma vez como já disse inicialmente agradecer ao FMDCA pelos esforços feitos mas entendo que se deve ter também uma atenção maior sobre essas instituições que estão aí aguardando ainda essa assinatura de parceria isso provavelmente você teve uma fala antes da minha da possibilidade de ainda acontecer assinatura esse ano eu acho que não vai acontecer agora eu acho realmente que é um período que a gente já está meio que findando o ano de fato então não vejo possibilidade de assinatura ainda este ano para as instituições mas entendo que o mais rápido possível logo após esse período de recesso isso deva acontecer e aí eu deixo aqui essa minha fala também para todos os envolvidos diretamente com essa assinatura que deve acontecer logo com a previsão de pelo menos na primeira ou segunda semana de janeiro de 2024 logo após o retorno desse recesso a gente poder fazer essas assinaturas e aí sim dar continuidade a um novo edital que já está em vias, mas eu penso que a gente precisa também garantir o que estava acordado, vejo que existe sim todos os esforços da SPMJ, do FMDCA e instituições também e quando é para puxar a orelha a gente puxa houve diligências que foram pedidas e muitas delas também não atenderam no prazo, não atenderam a contento, então isso também precisa ser dito e é um processo que realmente que precisa de uma atuação uniforme e que precisa ser dito. Leu Brasil (ABCA) agradece a Mateus pela fala e segue dizendo que é importante complementar a fala dele também que a Lei 13.19/2014 o Marco Regulatório é a lei das parcerias não é a lei das OSC's Nailton Cazumbá deixo isso bem claro é uma relação de uma parceria entre poder público e a sociedade civil que está ajudando o poder público de forma complementar é uma relação de uma parceria entre poder público e a sociedade civil que está ajudando o poder público de forma complementar sempre vou repetir isso porque as OSC's fazem em todo o Brasil no terceiro setor é ajudar o poder público de forma complementar é ajudar o poder público de forma complementar na execução de políticas públicas por isso que digo o que seria do município de Salvador se não tivesse o Hospital Aristides Maltez, Hospital Irmã Dulce, Hospital Martagão Gesteira, Lar Pérolas de Cristo, Instituição Hora da Criança se não tivesse uma APAE, se não tivesse instituições em cada canto dessa cidade onde o poder público não consegue alcançar então o nosso entendimento que a gente sai desse curso é saber que sociedade civil e poder público trabalham com a mesma ideia com o mesmo entendimento de que lá na ponta a criança e o adolescente serão contemplados com projetos que foram aprovados, que foram passados por todo um processo de seleção assim também as captações externas onde o poder público não consegue chegar de forma complementar as OSC's chegam e se todas as instituições hoje decidirem fechar a REDE entra em colapso como por exemplo a de acolhimento institucional, a de atendimento à saúde a criança e ao adolescente porque a gente sabe que o poder público sozinho não consegue dá conta, então o poder público ele tem que enxergar as entidades sem a finalidade lucrativa como parceira e quando coloca essa fala é para todas as esferas não apenas para o município de Salvador o Estado também nos deve muito, o município de Salvador teve a coragem de complementar o recurso tripartite, o município aumentou o recurso para acolhimento institucional e o estado ainda não fez a parte dele, o Governo Federal colocou dinheiro mas o Estado não fez a parte dele e se Vera estivesse presente e acho até que Adriana tem essa informação de que tem mais de 10 anos que não há aumento por parte do Governo do Estado, então tratam as OSC's como se fossem empregados da administração pública nós somos parceiros, nós colocamos as entidades em parceria com o poder público para ajudar o poder público naquilo que é finalidade do imposto que é quando a sociedade entrega o imposto para o poder público é para transformar esse imposto em política pública para trazer melhoria para a sociedade essa é a lógica do imposto essa é a lógica dos tributos em si e parece que quando uma instituição faz uma parceria ela já é vista por alguns órgãos da administração pública como já tivesse culpa no cartório por causa de uma outra instituição e a gente não pode penalizar todas, assim como por exemplo não podemos penalizar todos os prefeitos do Brasil por corrupção porque um ou outro prefeito pôs a mão no dinheiro público, a gente aqui não pode generalizar todos os políticos que nós sabemos que existem sérios, porque tem gente séria e gente desonesta em todos os lugares nas organizações religiosas, na sociedade, na administração pública, nas famílias mas a gente não pode, não vai permitir e nem vai querer retroceder uma vez que hoje a relação poder público e sociedade civil que melhorou e muito graças a Deus isso graças aqui a um entendimento colegiado. Tatiane Paixão (SEGOV) diz que de fato nós estamos numa harmonia muito boa a sociedade civil e governo tem pessoas que dizem até o clima do Natal é o Espírito Natalino mas eu peço a deus que essa harmonia ela se externe para que venhamos batallar 2024 todos em busca dos direitos das crianças e adolescentes, nós tivemos problemas técnicos eu me ausentei da assembleia alguns conselheiros governamentais tomei conhecimento que da sociedade civil também teve esse mesmo problema, nós estamos inclusive em minoria governo e sociedade civil, mas para que fique registrada a participação de todos nós que estamos aqui disponibilizando do nosso tempo para participar dessa formulação de política tão importante eu queria pedir ao presidente que a gente pudesse refazer a votação e garantir o voto de todos os conselheiros de direito e sociedade civil e governo que estão aqui dando quórum a assembleia participando ativamente, independentemente da gente ser maioria ou minoria porque

acredito que a votação faz parte disso e hoje nós estamos aqui em minoria mas gostaria de pedir aqui essa votação para ficar registrada aqui o nosso posicionamento. Leu Brasil(ABCA) pergunta a Tatiane qual votação ela se refere. Tatiane Paixão(SEGOV) informa que as que ocorreram após os relatórios das Câmaras Técnicas até a última Câmara Técnica que a gente acompanhou e daí em diante começou a oscilar o sinal da conexão então eu acompanhei, eu particularmente à Câmara de Registro e Inscrição, a de Políticas Públicas a de Legislação o informe e depois as pautas eu não consegui acompanhar e outros colegas também tiveram essa mesma dificuldade inclusive da sociedade civil também. Leu Brasil(ABCA) informa que houve um caso específico da sociedade civil que foi o conselheiro Marcos que retornou após a votação e a sua votação Tatiane a sua suplente Marlylda votou representando a SEGOV e não vejo motivo para que a gente retorne a votação porque a gente sabe que está fazendo uma assembleia online e acredito que seria um desrespeito aos demais que estavam presentes sei que houve problemas na conexão mas a gente tinha quórum suficiente para poder realizar a votação tanto governo quanto sociedade civil porque na hora da votação a gente não estava contando quantos eram do governo e quantos eram sociedade civil existe uma votação que foi apresentada e não estou de acordo em retornar essa votação porque a gente tinha quórum suficiente e por parte da representação da SEGOV a Conselheira Marlylda votou e votou contra o manual que foi o caso, votou a favor das capacitações, votou a favor da capacitação do Conselho Tutelar e estamos aqui agora na pauta do Edital de Chamamento Público então não vejo motivo para a gente retornar uma votação haja vista que a assembleia tem que dar continuidade com o esgotamento da pauta se não tivesse quórum suficiente. Tatiane Paixão(SEGOV) informa que compreende e segue dizendo que o seu pleito precisa ser validado pelo plenário por isso estou fazendo essa proposta. Leu Brasil(ABCA) informa que a conselheira Tatiane está levantando uma questão de ordem no caso e que existe um rito e que ele está seguindo e que a conselheira está submetendo a ele e não ao plenário e que não vai submeter ao plenário um pedido da conselheira por considerar que não cabe essa questão de ordem porque a gente segue um rito na assembleia e a assembleia tinha quórum suficiente a votação em relação ao manual a gente tinha 10(dez) conselheiros de direito presentes mais do que o suficiente, a votação sobre as capacitações nós tínhamos 10(dez) conselheiros de direito com quórum suficiente também para votação, então não vou submeter ao plenário uma decisão porque na hora da sua votação a senhora não estava mas tinha sua suplente presente então não irei submeter. Tatiane Paixão(SEGOV) solicita a fala e pergunta quais foram as votações que tiveram depois dos relatos das Câmaras Técnicas. Leu Brasil(ABCA) responde que tiveram duas votações que estão na pauta, sendo a votação sobre o manual pedida pelo CT e a votação sobre as capacitações 2024 nada a mais do que isso o restante aqui dando informe sobre o Edital de Chamamento Público/2023 e a questão do Edital Chamamento Público/2022 em relação as instituições, então não há nenhum tipo de prejuízo haja vista que a assembleia tinha quórum suficiente. Tatiane Paixão(SEGOV) solicita que conste na íntegra sua fala na ATA da Assembleia com seu pedido que foi rejeitado sem apreciação do plenário. Leu Brasil(ABCA) solicita que conste em ATA o pedido de questão de ordem que não foi acatado encaminhado pela Vice-presidente desse colegiado Tatiane Paixão, para que conste na íntegra a fala na ATA da Assembleia, não constando no Extrato de Ata que só conta o registro das aprovações, mas na ATA Geral da Assembleia peço que conste todas as informações solicitadas pela conselheira Tatiane Paixão. Gustavo Mercês(SPMJ) diz que para contemplar a questão em relação ao que foi dito solicita a Leu Brasil que seja listado os nomes dos conselheiros de direito que votaram para que Tatiane Paixão saiba quem votou a título de informe que votou referente ao manual porque as outras votações foram consensual. Leu Brasil(ABCA) então faz a listagem citando os nomes dos conselheiros de direito governamentais Gustavo Mercês(SPMJ), Marlylda Barbuda(SEGOV), Claudio Bonfim(SEFAZ), Adriana Barreto(SEMPRE) e os da sociedade civil todos votaram a favoráveis exceto conselheiro Marcos e Ademir representando da instituição PAZ e VIDA que no momento não estavam presentes por causa da queda de conexão e a gente deu prosseguimento a votação. Marcos Passos(PAZ e VIDA) ratifica a informação passada sobre a queda de conexão momento da votação do manual e acrescenta que assim que conseguiu conexão retornou a reunião e a votação já havia sido encerrada. Leu Brasil(ABCA) prossegue informando que no que ocorrer propõe que no valor da campanha do Imposto de Renda/2024 tenha um valor também disponível no Plano de Ação e Aplicação do CMDCA para campanha do Imposto de Renda haja vista que 2023 não foi possível fazer esta campanha então a ideia é a gente também utilizar esse recurso para fazer uma campanha de doações de Pessoas Físicas no período da campanha no período da campanha do Imposto de Renda/2024 haja vista que temos os recursos e não estamos utilizando esses recursos e não consigo compreender por que a gente não utiliza um recurso que vai beneficiar e arrecadar a mais para o FMDCA e consequentemente gerar mais projetos que irá beneficiar crianças e adolescentes então tem um recurso no valor de R\$ 50.000,00(cinquenta mil reais) disponível para campanhas, comunicações e a gente gostaria de utilizar abrindo para empresas que tenha especialização para que a gente possa fazer a campanha do Imposto de Renda/2024. Leu Brasil(ABCA) chama Tatiane Paixão duas vezes sinalizando mão levantada mas sem retorno verifica para prosseguir e coloca em votação para o colegiado a proposta do recurso já definido no Plano de Ação e Aplicação o valor de R\$ 50.000,00(cinquenta mil reais) para campanha do Imposto de Renda/2024 e pergunta se algum dos conselheiros de direito se opõem a essa aprovação como nenhum dos conselheiros de direito se opõem declara a proposta aprovada e agradece ao colegiado. Leu Brasil(ABCA) diz que o último ponto no que ocorrer refere-se a saudação da entrada de todos os hospitais filantrópicos que fazem realmente política pública na área hospitalar para crianças e adolescentes no município de Salvador e irá passar a palavra para representante do Hospital Martagão Gesteira Lareyne para que ela possa em nome de todo os representantes desses hospitais fazer seu pleito perante o plenário e diz que gostaria de contextualizar aos conselheiros de direito que a gente fez uma visita a pedido do Martagão Gesteira para conhecer mais uma vez a estrutura, conhecer novos espaços e eles têm uma proposta que inclusive estão discutindo inclusive trazendo convidados para poder apresentar a este colegiado, a gente ia pautar a questão da Resolução mas nosso jurídico nos orientou, o pessoal do Martagão Gesteira conversou também com o pessoal da SPMJ a gente achou melhor trazer para que vocês apresentem a proposição de vocês ao plenário como último ponto para que agente possa finalizar nossa assembleia. Tatiane Paixão(SEGOV) solicita a fala informando que o presidente havia solicitado sua fala mais o microfone estava desligado e diz que queria um último esclarecimento para finalizar a demanda e pergunta qual foi o número do ponto de pauta da cartilha do Conselho Tutelar porque não conseguiu identificar. Leu Brasil(ABCA) responde que está dentro do ponto 3-Processo de Escolha Conselho Tutelar Resultado Final e Posse e que o manual foi submetido dentro desse ponto de pauta e informa a Tatiane que até entende a insatisfação dela em não querer a provar a cartilha porque enquanto conselheira tem o direito de discordar e que entende que ela

pode até abrir questionamento junto ao Ministério Público mas acredita que a gente está fazendo o procedimento democrático na assembleia e que já foi uma pauta esgotada a conselheira já pediu seu uso de fala e tem todo direito de falar enquanto representante governamental mas acredita que a gente já está no final de uma assembleia, nós já finalizamos esse ponto de pauta e que no ponto dois fez o esclarecimento e abriu a discussão desse ponto e a partir desse ponto infelizmente a conexão da conselheira caiu mas o colegiado continuou e os debates foi apresentado os demais pontos de pauta e não foi feito nada de maneira obscura para que haja toda uma cealema por parte do poder público e não aprovar um manual que o próprio município de Salvador não fez então não consigo compreender, porque enquanto ex-conselheiro tutelar e a própria conselheira enquanto ex-conselheira tutelar a gente deveria estar aqui comemorando esse manual, então eu não consigo compreender qual o posicionamento governamental porque se for continuar nessa postura e a gente por parte da sociedade civil tendo uma postura mais tranquila de diálogo mas a gente também sabe tencionar e a gente vai começar a tencionar e vai acabar criando um clima depois o governo vai dizer que a gente está criando problema, então não estou questionando seu direito de fala e de votar contra mas o governo gabinete do prefeito o voto foi feito pela suplente Marlylda que votou contra e ela explicou o motivo dela então nós já superamos esse ponto de pauta e nós precisamos avançar porque já estamos no que ocorrer. Tatiane Paixão(SEGOV) diz que concorda e pede desculpas e segue dizendo porque ela foi tomada de surpresa porque não recebeu previamente essa cartilha mas se os demais conselheiros de direito receberam a cartilha e se sentiram confortáveis em fazer a votação e a aprovação vou respeitar sem problema. Leu Brasil(ABCA) informa que os conselheiros não receberam a cartilha e o Conselho Tutelar explicou por não ter enviado e que ele justificou na assembleia que pelo fato de ter havido vazamento na Comissão da lista do local de votação ele não se sentiu seguro de pedir esse material para divulgar aos conselheiros de direitos e depois haver um vazamento e o CMDCA ser culpado pelo vazamento de um material que foi construído pelo Conselho Tutelar diante dessa explicação os conselheiros governamentais não se sentiram confortáveis justificaram o seus votos não contra a cartilha mas justificaram o voto contrário mas colocando em votação houve voto suficiente para aprovar o manual e publicar conforme Resolução então para mim é um assunto superado e o questionamento feito pela senhora e pelos demais membros são respeitados mas a gente também precisa respeitar o rito da assembleia e nesse ponto gostaria de contar com sua compreensão que já presidiu esse colegiado no sentido da gente poder conduzir e concluir a assembleia com esse espírito que a gente também espera ter em 2024 eu sei que não será um ano fácil mas a gente sabe tencionar quando for necessário. Tatiane Paixão(SEGOV) informa que esclareceu e agradece. Leu Brasil(ABCA) prossegue a fala informando que as discussões prosseguem do ponto onde parou no que ocorrer os representantes das entidades filantrópicas que estão presentes não tem nenhuma surpresa porque só sociedade civil e governo debatendo é assim mesmo em prol da coletividade sejam todos muito bem-vindos e solicita a Lareyne que faça as apresentações e que todos fiquem à vontade e que a gente tem um tempo para discutir e em seguida encerrar a nossa assembleia. Lareyne(Martagão Gesteira) saúda a todos e segue sua fala dizendo que é muito sintomático o nível de comprometimento de vocês a agente está no último mês do ano dia 22/12/2023 e o CMDCA e os conselheiros discutindo com tanta ênfase defendendo seus pontos de vista de certa forma para a gente é muito bom também a gente perceber esse nível de comprometimento de vocês, então como Leu Brasil já comentou a razão da gente está aqui hoje e também é bonito o que está acontecendo e eu não estou só falando em nome do Martagão Gesteira porque tem um grupo de organizações filantrópicas atuante na área de saúde que estão presentes aqui conosco como a OSID, Aristides Maltez, entre outros e a nossa pauta ela é uma só que é de justamente da gente propor por parte do CMDCA e se precisar a gente pensar até numa legislação para além do CMDCA de uma Resolução que permita as OSC's que trabalham na área de saúde que elas possam submeter projetos que elas prevejam despesas de custeio e porque fato isso é porque essa é uma pauta que na verdade aqui em Salvador a gente precisa começar a discutir e avançar porque outras cidades já estão na frente e aí não é à toa que a gente convidou hoje também dois representantes de duas instituições de referência inclusive no Brasil que é o Hospital Pequeno Príncipe representado pelo Gabriel que vai falar um pouco sobre essa experiência e como foi essa trajetória dentro do CMDCA de Curitiba-Paraná e o Hospital de Amor da cidade de Barretos-São Paulo representado por Henrique, enfim eu antes de passar a palavra para eles eu queria dizer que é um jogo de ganha-ganha porque vai ganhar os nossos pacientes, vai ganhar as organizações filantrópicas que ficarão mais fortes, vai ganhar o CMDCA porque eles vão ter a sua participação aumentada e agente ouviu aqui, por exemplo, um representante nosso na capacitação do MROSC e disse que a capacitação foi excelente então no momento que entra mais recurso para o CMDCA vai ser possível ampliar essa oferta de capacitação, uma outra coisa também é que aqui às vezes você tem uma crítica que a gente está falando em nome de organizações filantrópicas maiores mas a questão ela é muito maior não é só isso porque no momento que a gente fortalece o CMDCA porque vocês sabem fica com 20% desse volume de capacitação de Imposto de Renda desse trabalho que a gente faz é possível que o CMDCA também possa ampliar seus editais, apoiar organizações menores então esse é um ciclo virtuoso para todo mundo, então eu queria abrir essa conversa nesse nível e hoje queria passar a palavra para Gabriel e partilhar com a gente como foi essa trajetória em Curitiba porque hoje se não me engano o CMDCA de Curitiba captou R\$ 38.000.000,00(trinta e oito milhões de reais) sendo que metade desse valor vem do Hospital Pequeno Príncipe, então passo a palavra a Gabriel com a autorização de Leu Brasil que preside essa reunião. Leu Brasil(ABCA) saúda Gabriel desejando boas-vindas e diz ser uma alegria muito grande que acompanha o trabalho do Hospital Pequeno Príncipe assim como acompanha o trabalho do Hospital de Amor e diz que fica emocionado por que ele é contador do Terceiro Setor e aprende muito com eles e agradece a iniciativa do Martagão Gesteira e de todas as instituições aqui de Salvador nesse momento aqui nessa última assembleia do ano 2023 do CMDCA vocês estarem aqui a gente poder pegar um pouco da experiência de vocês e tudo aquilo que for para melhorar a arrecadação do FMDCA para trazer profissionalização para o município de Salvador para o CMDCA vocês podem contar sim com o presidente desse colegiado e tenho certeza também com os conselheiros de direito é algo assim para gente muito gratificante ter todos vocês aqui e fiquem à vontade para falar sobre as experiências de vocês de como o CMDCA pode ajudar através de Resoluções ou debater com a Câmara Municipal através de lei ou até com a Assembleia Legislativa do Estado também para ver e pegar experiência tanto do Hospital Pequeno Príncipe como do Hospital de Amor. Gabriel Rocha(H. Pequeno Príncipe) saúda a todos e segue dizendo que é uma satisfação imensa está participando dessa reunião e conforme já apresentado estou conselheiro de direito no CMDCA de Curitiba a gente chama de CONTIBA fazendo uma referência com o CMDCA de Curitiba, também sou conselheiro de direito no Estado no CEDECA-Paraná, de fato a



gente experiências muito boa no âmbito da captação de recursos em Curitiba a gente tem o maior FMDCA do país e parte disso se deve ao nosso esforço de captação do Hospital Pequeno Príncipe mas dada a relevância, a importância e inclusive a complexidade do histórico para se falar disso eu estendi o convite a minha gestora a Thelma que está participando também aqui da reunião para que ela me ajude a contar um pouco dessa trajetória e a Thelma alguns vão até reconhece-la porque ela tem uma trajetória vasta no âmbito do conselho de direito foi também presidente do CEDECA de Curitiba e recentemente tomou posse como conselheira representando o Hospital Pequeno Príncipe no Conselho Federal -CONFOCO lugar onde a gente está fazendo parte e compondo e essa dinâmica é muito boa porque agente sabe que vocês também estão juntos aí em Salvador no CONFOCO nesse espaço de representação e de composição sempre muito bom, então passo a palavra para Thelma para que ela discorra um pouco mais propriamente sobre o âmbito da capacitação envolvendo o CMDCA. Thelma(H. Pequeno Príncipe) inicia sua fala saudando a todos, todas e todos e segue dizendo que tem o prazer de estar participando da assembleia e que tem o prazer de dizer que está entre amigos porque o pessoal da Bahia esteve com eles na semana passada, Henrique de Barretos, Luigi da Martagão, enfim somos uma família de garantistas de direitos, então eu vou contar rapidamente porque acho que na história eu consigo trazer alguns dados importantes para vocês, em 2006 eu era vice-presidente por parte do governo e ajudei a escrever a primeira deliberação de banco de projetos de Curitiba primeiro começou no CEDECA-Paraná e depois ele foi para o CMDCA do município e a ideia do Banco de Projetos regulamentada aqui era de abrir um mecanismo de doação para projetos específicos das organizações além do mecanismo de doar direto para o FMDCA, então nós temos em quase 20 anos de experiência aqui e esse tempo nos mostrou que a doação dirigida a projetos ela aumenta o volume, ela aumenta a confiança, ela aumenta o controle social e ela aumenta percepção da sociedade em relação ao direito, ao FMDCA e participação, não somos contra a doação direta ao FMDCA quem que fazê-lo faz o Conselho vai definir mas a gente defende que os dois mecanismos combinados conseguem dar uma performance, um desempenho para utilização de recursos de Imposto de Renda tanto de PF quanto de PJ que é bom para todo mundo e aí Lareyne eu quero pegar alguns pontos de qual é a nossa base eu particularmente não defenderia uma Resolução só para a saúde ou só para o custeio da saúde porque a nossa base é o estatuto e o estatuto fala de cinco direitos fundamentais e vida e saúde são um deles assim como convivência familiar é um deles então quais são as organizações que trabalham com todos esses direitos liberdade, respeito e dignidade, nós vamos pegar públicos vulneráveis e situações vulneráveis que orienta a nossa Resolução é Proteção Integral a crianças e o recurso do FMDCA vem no sentido de complementar aquilo que as organizações fazem seja de cultura, seja de esporte, seja de acolhimento institucional, seja de saúde, enfim todas as atividades que vem para a garantia do direito, eu acho que esse é o principal eixo postado no estatuto e que nos aproxima e o estatuto traz também duas áreas obrigatórias de destinação do recurso do FMDCA que é acolhimento e os programas socioeducativos, eles destacam isso por conta da delicadeza que é essa vulnerabilidade não quer dizer que os outros estariam impedidos mas tem essa obrigação e toda nossa regulamentação e aí Gabriel eu já vou pedir para você passar para o pessoal as nossas Resoluções do Estado do Paraná e do CONTIBA para vocês verem que têm diferenças entre elas, digamos sutilezas mas elas têm o mesmo eixo, porque quando a gente fala de Proteção Especial o estatuto entende e o pessoal da assistência social entende mas o pessoal da saúde não entende então o que a gente fez como nexa a Proteção Especial ela é transversal às políticas então eu posso ter um projeto para uma população específica aonde eu trabalho componentes de saúde, de educação, de cultura, digamos um projeto um projeto transversal de políticas e isso está valendo porque às vezes você entra num território vulnerável você precisa fazer de tudo um pouco, até mesmo trabalhar com a família, então são projetos que garantem direitos, quando a gente vai para o lado da saúde como que a gente argumentou desde o início tendo em mente que saúde é política básica sem dúvida e quem tem que sustentar é o SUS isso não tem dúvida no entanto nós sabemos que o SUS paga menos do que a gente gasta para atender então é preciso que alguma fonte completamente esse recurso mas completamente em que sentido porque a gente trabalha complementação em duas vertentes a primeira é complementar com atividades e ações para além saúde que significa que a gente tem toda uma área financiada de práticas humanizadoras de educação, de cultura, de voluntariado, de lazer, de brincadeira para tornar o hospital pediátrico mais acolhedor e fazer com que aquele momento em que a família e a criança estão lá sejam momentos de aprendizado de melhorar o vínculo e a gente usa muito a questão do vínculo a presença da família junto com a criança no hospital, melhora vínculo, melhora resultado, enfim a gente faz um casamento entre os princípios da saúde com os princípios do estatuto e se agente pensar em Proteção Especial são aquelas que fogem, por exemplo, na saúde tenha primário, secundário e terciário tem a pirâmide do que é básico, do que é médio complexidade e alta complexidade comparando com a assistência social nós vamos ter que a Proteção especial ela equivale a alta complexidade porque são situações se você não agir você perde a criança, digamos assim ela é aguda é diferente de programas por exemplo de programas de UBS, de escolas entre outros exemplos, mas não paramos por aí por exemplo quando a gente regulou em 2010 os parâmetros e estou trazendo tudo isso porque é importante a gente entender que não está sobrepondo recursos que o SUS passa porque nós temos resistência em relação a isso e a gente foi fazendo uma construção para isso ficar claro para todo mundo não se trata de sobreposição de um item uma pessoa paga pelo projeto duas vezes não se trata de substituir o SUS ele cumpre seu papel, então essa complementariedade ela está em ações não tipicamente de procedimentos de saúde mas também de ações de melhoria em relação ao que a gente faz então é compra de equipamento, enfim pagamento que o SUS não cobre, medicação várias coisas que o SUS não cobre e aí o FMDCA entra no hospital com esse conjunto de coisas e melhora o atendimento do hospital então é importante e em relação a Resolução 137 que o parâmetro que o CONANDA estabeleceu como orientador para os conselhos estaduais e municipais e ela tem muitos equívocos o primeiro dela é proibir o repasse e usar o FMDCA para as políticas básicas políticas que tem fundo, ou seja, todas elas a educação a saúde e assim por diante aí pela regulação do CONANDA você só pode fazer capacitação, pesquisa e articulação do sistema de garantia tudo bem para o CONANDA mas não para o Estado e o município que tem que dar atendimento então quando a gente viu e se deparou com essa regulamentação vamos respeitar aquilo que precisa ser respeitado mas vamos trabalhar uma regulamentação que atenda as organizações que prestam serviços que atuam nas políticas públicas porque é isso que a gente tem que fazer não que a gente não faça projeto de capacitação nem de pesquisa fazemos mas não fazemos isso só então a gente regulou tanto no Estado quanto no município que o recurso do FMDCA ele complementa as políticas na perspectiva de inovar, melhorar e assim por diante e o projeto em que pese aqui para nós a gente conta ele se repete a gente tem

direito a vida 1,2,3 porque ele é mais ou menos o mesmo escopo a gente está trata como projeto ele vira um projeto ele recebe certificação são 3 ou 4 anos de captação cada ano captado vira um plano de trabalho de acordo com o original é feito resgate através de termo de fomento, prestação de contas assim como em qualquer outro recurso público e o que nós temos de novidade que eu acho que melhorou muito e agente lutou 5 anos para isso que foi a mudança 260 que a gente conseguiu esse ano de 2023 porque a crítica de alguns procuradores do Ministério Público e mesmo gestores públicos diziam que você podia fazer a doação direta para o FMDCA e ponto e essa regulamentação ela estava dentro do Estado e do município aí havia um questionamento sobre quem regula a renúncia fiscal não é o Estado e o município é a União aí nós percebemos para resolver a vida de todas as organizações nós precisávamos mudar o estatuto criando e explicitando na lei a possibilidade a doação a projetos aprovados no conselho para serem captados pela organização para virem completar a política e esse ano de 2023 depois de muita luta, de muita articulação tinha dois a três projetos nessa linha foi conseguida essa aprovação e o que é importante nisso tudo território nacional para todas as organizações Lareyne de saúde, de cultura de tudo esse mecanismo está instituído no território nacional o direito da criança Leu pense o que o conselho pode estar fazendo de mobilização de recursos da sociedade em relação a isso então eu acho que a gente está assim num momento muito feliz com tudo isso e o que a gente pode ajudar é que a gente manda já para vocês a nossa regulação se vocês quiserem uma conversa mais aprofundada a gente trabalha daí quando vocês estiverem pensando na de vocês ou escrevendo seus projetos e tudo mais, obrigada pela atenção. Leu Brasil(ABCA) agradece a fala de THELMA e prossegue solicitando a fala de Henrique. Henrique(Hospital de Amor) saúda a todos agradece pelo convite de participar da reunião do CMDCA de Salvador que é uma cidade exemplo de trabalho junto com a sociedade civil e que tem tantas organizações de renome e que são referência de filantropia para o país inteiro e que tem a honra de fazer parte do conselho da Fundação Irmã Dulce desde 2015 e está sempre muito próximo às obras e a Maria Rita e a OSID é um modelo não apenas para ele mas para o Hospital de Amor, as obras são aquilo que nós queremos ser no futuro modelo de gestão, de profissionalismo, então ele fica muito feliz de falar na assembleia sendo difícil falar depois da Lareyne e da Thelma e a Thelma ele conhece bastante e já estiveram juntos algumas vezes sendo fã dela do Hospital Pequeno Príncipe e do conselho de Curitiba, do CONTIBA e diz que o que pode complementar aqui é reafirmar o que foi dito primeiramente que é um momento muito feliz e de muita segurança jurídica e digo isso por ser também advogado porque os questionamentos existiram anteriormente foram completamente superados pela Lei 14.692/2023 então as doações direcionadas elas estão completamente pacificadas e os fundos podem sim trabalhar dessa forma eles retêm os 20% no caso da cidade de Barretos 5% mas em seguida esses recursos são direcionados para as entidades, Barretos só existe e mantém suas portas abertas graças as parcerias com os fundos municipais FMDCA e o fundo do idoso se não fosse essas parcerias, se não fosse o modelo de doação direcionada juntamente com o modelo de Curitiba que é esse projeto contínuo nós não conseguiríamos existir e nem manter os atendimentos então eu acho importante colocar aqui que existe uma engenharia que agrega tanto nosso trabalho quanto o trabalho dos fundos municipais que é o que permite a existência da nossa fundação e com certeza é o principal fator de desenvolvimento para todas as entidades sociais de Barretos porque graças aos valores retidos pelos fundos é que todas as outras entidades conseguem realizar ainda mais seus trabalhos então como foi dito Lareyne é um jogo de ganha-ganha é um círculo virtuoso sim nós precisamos fortalecer essa parceria entre o CMDCA e as entidades e como que nós fazemos em Barretos o fundo nos dá uma autorização no início do ano para captar e nós passamos o ano inteiro captando e como a Thelma falou o nosso projeto é sempre o mesmo é o custeio do hospital infantojuvenil e no dia 02 de janeiro de cada ano nós olhamos quanto tem de doações na conta isso é possível saber porque o próprio site é estruturado de uma forma que o doador já indica o hospital como destinatário de sua doação então nós olhamos lá e vemos por exemplo quantos milhões captados este ano adequamos o projeto isso feito de maneira muito simples porque o projeto é simples, racional e objetivo não é um projeto teórico que demande grandes reflexões ele autoexplicativo que é o custeio não eu falei essa complementariedade Thelma colocou muito bem entre SUS e coisas que não são cobertas pelo SUS, melhorias novos projetos, novas áreas, compras e pagamento de novo9s profissionais que são necessários para o tratamento que nós realizamos para o público infantojuvenil então essa complementariedade ela é colocada no projeto e nós dividimos pelos meses do ano recebemos o repasse e trabalhamos dessa forma o ano inteiro então é muito simples e de fato se vocês conversarem com qualquer pessoa do hospital, gestores dos fundos municipais ou mesmo com o Tribunal de Contas do estado do Paraná, com os próprios procuradores que avaliam essas contas vocês verão que é simples é claro e por que nós conseguimos captar tanto é porque fica claro também para o doador não é claro apenas para o gestor público que tem responsabilidade de verificar nossas prestações de contas isso é claro para o doador, o doador entra no site com facilidade ele identifica o nosso projeto e ele sabe que a doação vai chegar até nós rapidamente então é um ciclo rápido os giros são rápidos de doação quanto de destinação de recurso e o projeto é contínuo e é anual então é o projeto CUIDAR o que nós fazemos há 62 anos é cuidar e o nosso projeto é esse não tem como ficar inventando projeto fora do que nós fazemos não faz sentido ter um sobre trabalho isso é desrespeito com as organizações quer que inventem projetos sendo que já tem uma fila enorme, tem uma carência de forças para realizar um atendimento maior, melhor, mais rápido então o projeto de cada um de nós é o objeto de cada organização imagina se o fundo de Barretos virasse para nós e dissesse que agora vocês precisam fazer um outro projeto esse projeto CUIDAR já foi o ano passado agora vocês precisam criar outro agora inventem uma outra coisa, então o que nós vamos inventar? Se eu tenho uma demanda enorme de pacientes precisando ser atendidos então assim precisa ser uma parceria, precisa existir objetividade, racionalidade, todo mundo conseguirá entender e todos ganharão, observamos que nós temos percentuais tão baixos de doações aqui no Brasil, por que só 20% das empresas que fazem a declaração pelo lucro real doam, por que só 3% das PF que fazem a declaração pelo modelo completo doam porque é uma confusão, é muito confuso as pessoas não sabem se o dinheiro vai chegar as pessoas acham que as coisas se perdem em discussões e politicagem dos municípios e os municípios que conseguem ter clareza e objetividade nesse trabalho captam que é Barretos, Porto Alegre, Curitiba então quem se organiza consegue voar e ter uma captação que dá sustentabilidade para as obras e tranquilidade para o dia a dia porque quem não se organiza não recebe doação, então eu acho assim mais do que uma campanha sobre doar é uma campanha sobre a objetividade, a transparência e o quanto esses recursos vão chegar na ponta então é uma campanha sobre é fácil doar escolha sua entidade doe você pode escolher, doe para sua entidade no início do ano os recursos chegam e me coloco à disposição junto com os conselhos de Barretos, com a prefeitura de Barretos o que vocês

precisarem de modelos nós temos mas entendam e falo em nome de todas as entidades de todos os pacientes que são beneficiados entendam que é preciso transparência e agilidade não cabe com as filas e com as dívidas que nós temos perder mais tempo tentando falar o óbvio e o óbvio é a gente precisa facilitar os modelos de doações, as doações precisam ir rapidamente para as entidades tem que girar roda e a coisa precisa girar rápido quanto mais girar mais todo mundo vai ver mais vai doar, repito os municípios que recebem doações são aqueles organizados e agente conta com uma mão os municípios e isso rapidamente se espalha pelas as empresas entre os grandes doadores, então por exemplo, Salvador se organizando, logo vai se espalhar que podem doar para lá por lá está tudo redondo e assim meados de janeiro todo mundo está com dinheiro na conta as coisas estão funcionando e está todo mundo com o pensamento profissional para lidar com essas coisas então não existe insegurança jurídica em doação direcionada vocês precisam ter processos rígidos, rápidos, fáceis e transparentes isso vai gerar um número enorme de doações então não faz sentido numa cidade com tantas entidades sérias que são referências nacionais a coisa não ser assim a melhor do Brasil vocês teriam tudo para ser a referência brasileira em doações dos fundos municipais isso resolveria a grande maioria dos problemas das entidades em Salvador então fico feliz com essa oportunidade, fico feliz que no dia 22 de dezembro todos estejam aqui nessa assembleia e eu aqui com o Hospital de Amor junto com o Pequeno Príncipe nós podemos falar par vocês como irmãos, se organizem vão para um outro patamar de relação com a sociedade civil e vocês vão ver que a história de Salvador vai mudar, a gente precisa que vocês se coloquem como os melhores fundos do Brasil se isso pegar vocês vão ver que o número de doações vai aumentar exponencialmente e aí repito o que a Thelma falou só para fechar minha fala "não há sobreposição de recursos, não se está pagando duas vezes as mesmas despesas e não se trata de substituição ao SUS é uma relação de complementariedade" até porque tudo que as organizações em Salvador fazem vão muito além do que o simples repasse ou do que está na cartilha do SUS que é para fazer ou na cartilha de assistência social ou do que quer que seja, ninguém faz conta de segundo, ninguém faz contas de centavos na hora de atender e a gente tem que ter essa relação com os fundos municipais tem que ser uma relação fluida, uma relação boa e uma relação profissional então eu realmente espero que no próximo ano Salvador seja reconhecida como a cidade que mais se organizou e seja o melhor fundo para doações, muito obrigado por essa oportunidade de falar de uma cidade que amo e que tem a obra da qual sou voluntário e me dedico há muitos anos a ajudar. Leu Brasil(ABCA) agradece afala de Henrique e a fala dos demais presentes sinaliza que o espaço foi aberto justamente para que pudessem ser ouvidos e que tem experiência nessa questão de captação e que todo mandato de conselheiro de direito tem começo meio e fim mas a gente também quer deixar essa contribuição não como presidente desse colegiado mas assim como os outros conselheiros, então preferi que vocês mesmos falassem para que os conselheiros entendessem, a sociedade, o município de Salvador entender a importância da gente se profissionalizar se tem alguém como referência no Brasil são vocês do Hospital de Amor, são vocês do Hospital Pequeno Príncipe e aqui a gente tem como referência o Martagão Gesteira que também faz uma alta arrecadação de recursos de captação externa mas a gente pode fazer ainda mais, o meu compromisso com vocês daqui de Salvador é a gente sentar depois do recesso montar um grupo e tenho certeza que por parte da secretária Fernanda não será diferente haja vista que ela já recebeu vocês, sentar com a equipe do FMDCA, sentar com a equipe do nosso jurídico, ver as experiências de vocês talvez aqui na Bahia e no município de Salvador a gente tenha que fazer o que vocês em outras cidades fizeram alterar a legislação ou talvez se a gente entender que apenas a Resolução ela já complementa aquilo tudo que já foi falado por vocês tanto por Thelma eu não veria dificuldade da gente montar essa Resolução e apresentar já na primeira assembleia do próximo ano do CMDCA para uma aprovação por parte do colegiado haja vista que quem ganha é a cidade, quem ganha são as crianças e adolescentes, quem ganha são realmente aqueles que precisam do atendimento e nada melhor do que vocês estarem aqui para não dizer que foi o presidente do CMDCA sozinho que falou, não, quem está falando aqui são instituições que são referências nesse assunto não precisa dizer muito não só colocar no goale Hospital de Amor o que é que eles fazem, bota Hospital Pequeno Príncipe, bota lá também o Martagão Gesteira e tantos outros que atuam como Hospital Irmã Dulce, Aristides Maltez então tantos outros que fazem aqui as coisas acontecerem é porque talvez Henrique a gente tenha que ainda parte de alguns setores que quando vê um valor significativo de arrecadação eles tomam um susto e a gente não deveria se assustar que Salvador está lançando um Edital de R\$ 12.000.000,00(doze milhões de reais) a gente não tem que se assustar com isso a gente tem que se assustar que o valor é pouco para a quantidade de políticas públicas que precisam ser implementadas na cidade de Salvador e agente precisa pegar referência de vocês do Hospital Pequeno Príncipe e tantos outros que arrecadam e meu professor na faculdade dizia que o dinheiro não mudou de lugar mudou o cegueiro do cofre e a mensagem que eu deixo é o Pequeno Príncipe e o Hospital de Amor e o Martagão Gesteira encontraram o cegueiro do cofre e nós precisamos encontrar aqui em Salvador o cegueiro do cofre para que o recurso chegue e as coisas aconteçam e na ponta realmente a sociedade ganhe, tenho certeza que por parte de Dr. Wagner do fundo dará essa contribuição, Dr.ª. Edna do CMDCA nossa advogada também dará ao nosso jurídico dará essa contribuição por parte da SPMJ dará essa contribuição e agente vai precisar de vocês a gente se reunir aqueles que puderem estar presencial senta presencial, aqueles que não puderem a gente faz reunião online e é uma construção que quem ganha é todo mundo aqui é como Lareyne falou é o jogo do ganha-ganha aqui não tem ganha e perde aqui tem ganha e ganha então muito obrigado pela participação de vocês que bom saber Henrique que você faz parte do conselho do Hospital Irmã Dulce das Obras Sociais Irmã Dulce que bom Lareyne que vocês conseguiram com toda a equipe do Martagão Gesteira fazer essa interlocução, fazer esse diálogo e colocar com agente aqui. Lareyne(Martagão Gesteira) diz que havia falado a Leu Brasil que iria fazer a interlocução da saúde. Leu Brasil(ABCA) parabeniza Lareyne pela atuação e diz que o nosso compromisso aqui é agente sentar assim que a gente voltar desse recesso para a gente construir haja vista que em Salvador a gente tem uma janela de captação em dois períodos em março e período de julho e agente espera aí já em março no período de arrecadação do Imposto de Renda já com essa campanha a gente fazer de forma célere mas de forma responsável assim como foi feito por vocês então volto a afirmar é o ganha e ganha, ganha criança e o adolescente, a política pública, ganha a administração pública que vai ter de forma complementar o apoio de hospitais importantes, ganha a gente do CMDCA que constrói junto com vocês essa parceria essa Resolução e no final o objetivo maior é que o atendimento na ponta de fato realmente aconteça, então agradeço a vocês imensamente a participação. Lareyne(Martagão Gesteira) informa que uma representante da Irmã Dulce gostaria de falar. Leu Brasil(ABCA) solicita que a representante da Obras Sociais Irmã Dulce-OSID se pronuncie. Luciana Silva(OSID) inicia a fala saudando a todos e

agradece a Lareyne por estar encabeçando esse chamado, ao presidente do CMDCA pelo espaço, afirma que este é um espaço nobre que se pode perceber que é um espaço de cooperação organizações do Brasil inteiro na mesma causa que a Thelma foi muito feliz quando disse que nós somos uma grande família de defensores de direito então a gente vem provando a cada dia o nosso empenho a nossa qualidade que agente quer ofertar a gente não se conhece à toa a gente se conhece a partir de um desejo incansável de fazer cada dia mais e cada dia melhor então a gente vem buscando as melhores experiências as melhores práticas Henrique graças a Deus, graças a Santa Dulce está aqui integrando nossa equipe tem trazido muitas novidades muitos exemplos bons de trabalhar tem sido uma troca muito boa muito importante a gente já teve algumas oportunidades também com a equipe do Pequeno Príncipe então essas trocas gente é que nos inspiram a fazer melhor e quando a gente enxerga esses exemplos entende que é possível então essa oportunidade que a gente tenha daqui para frente é uma oportunidade de aprendizado o nosso apelo aqui é que a gente entenda esse dia de hoje como um ponto de partida para essa discussão mas que agente realmente consiga concretizar esses nossos anseios no ano que vai chegar aí em 2024 eu posso dizer já diante mão e com toda certeza que nós que estamos aqui passando pelas dificuldades estamos aí inteira à disposição para construir esse modelo de Salvador e com certeza inspirados e pautados nessa experiência do Hospital Pequeno Príncipe do Hospital de Amor e os grandes beneficiados com tudo isso realmente são nossas crianças e adolescentes que agente precisa promover essa garantia de direitos e mais do que isso falar que a grande experiência não é só do processo, mas realmente a experiência prática que essas duas organizações conseguem proporcionar às crianças e aos adolescentes que são atendidos lá e é isso que a gente gostaria de fazer aqui também a gente sabe fazer e que a gente entende que com apoio do CMDCA, da SPMJ, a gente conseguirá promover também, então é isso muito obrigada mais uma vez por esse espaço pelo tempo de vocês a todo mundo do CMDCA repito um pouco as palavras de Lareyne quando coloca que é muito representativa essa data de hoje neste horário vocês todos reunidos discutindo pautas tão importantes me sinto muito à vontade e privilegiada entendendo a seriedade desse grupo aqui, bom dia. Leu Brasil(ABCA) agradece a fala de Luciana e sede afala para Henrique. Henrique(Hospital de Amor) diz que gostaria de trazer rapidamente alguns números para colocar um convite para meta do ano que vem seja R\$ 100.000,00(cent mil reais) pelo menos, R\$ 12.000.000,00(doze milhões de reais) é o que captamos no FMDCA de Barretos e no fundo do idoso captamos de Barretos mais de R\$ 60.000,00(sessenta milhões) por ano há muitos anos, Curitiba R\$ 38.000.000,00(trinta e oito milhões) mais da metade Pequeno Príncipe então precisa haver uma mudança de mentalidade eu acho que esses números falam um pouco do que seria essa mudança de mentalidade e a mudança também para sair de um esquema de vender o almoço para comprar o jantar para se dividir entre aflições e prestar assistência é preciso que haja uma tranquilidade financeira para que a obra se realize em toda sua capacidade e em tranquilidade porque ninguém consegue trabalhar com uma faca de dívidas, de aflições, de incertezas então não é pecado captar bastante vocês têm um potencial enorme e não é pecado ter uma reserva o ideal seria uma reserva de 1 ano ou 3 anos, mas não é pecado ter uma reserva de 3 meses a gente tem que mudar essa mentalidade de filantropia que não sabe como vai ser o dia de amanhã a gente tem que saber porque as pessoas contam com o nosso trabalho as pessoas sabem que amanhã se elas vierem ao hospital serão atendidas se daqui a 1 ano serão atendidas, esperam ser atendidas sempre nós não temos o direito de trabalhar sem organização financeira e sem sustentabilidade financeira trabalhar assim é irresponsabilidade com as pessoas que são atendidas pelas obras então eu queria deixar esse convite para essa mudança de mentalidade para que haja uma organização, para que haja uma tranquilidade financeira maior e todos se acostumem a trabalhar com valores maiores R\$ 12.000.000,00(doze milhões de reais) é muito pouco e falo isso para que todos de Salvador reflitam uma cidade dessa captar só R\$ 12.000.000,00(doze milhões de reais) então precisa haver além dessas alterações uma profissionalização e uma nova mentalidade de organização de sustentabilidade financeira nas entidades essa é minha fala final e agradeço pela oportunidade. Leu Brasil(ABCA) agradece a Henrique e a todos os representantes e passa palavra a Thelma para que possa se despedir. Thelma(H. Pequeno Príncipe) deseja boa sorte a Henrique na apuração final de recursos nessa última semana fica todo mundo de manga arregaçada aqui também e o desse que o Henrique fez para Salvador eu faço para o país todo que se multiplicado que todos esses estados que precisam crescer quero só por último deixar um ponto de atenção aqui que nós tivemos que passar 2 anos comprovando que a doação dirigida ela não é incompatível com a Lei 13.019/2014 porque existem leituras diferenciadas da lei e aí se cria uma série de mecanismos que empatam a vida de todo mundo e nós precisamos limpar isso a gente discute isso tecnicamente mas fica esse ponto de tensão para vocês para agente ter cuidado em entrar em armadilhas legalistas e burocráticas que nos atrapalham e finaliza afala desejando um bom Natal, uma boa captação, bom atendimento a criança toda. Leu Brasil(ABCA) agradece a fala de Thelma, a Lareyne e toda a equipe do Hospital Martagão Gesteira, do Hospital de Amor, da Irmã Dulce, do Pequeno Príncipe parabeniza a todos e diz que a gente não poderia encerrar a nossa assembleia de outra forma se não como essa falando de esperança para que a gente possa estar aqui em 2024 e que a gente fica nesse compromisso do CMDCA e Lareyne vai ser a nossa interlocutora com os demais hospitais a gente vai precisar da ajuda de vocês, do jurídico de Salvador, do jurídico de vocês para agente construir e ter atenção naquilo que Thelma falou e a gente vai se encontrar meu desejo é visitar aí o Pequeno Príncipe, visitar o Hospital de Amor também ir a esses lugares conhecer essas experiências até porque atuo no Terceiro Setor e gosto muito de ver essas experiências para trazer aqui para Salvador um dos meus objetivos na gestão do CMDCA é trazer a profissionalização é trazer ao CMDCA assim como é no Conselho Tutelar trazer o CMDCA para o centro da legalidade da captação responsável e vocês mostram para agente que é possível então eu quero realmente em nome do CMDCA de Salvador agradecer, agradecer aos conselheiros de direito que ficaram até o final e no nosso último no que ocorrer só tenho duas informações aqui a passar os membros da Comissão que acompanha o Plano Municipal Socioeducativo em Meio Aberto-PMASE terá reunião 18/01/2024, às 9:00h, no MPBA, com Dr. Evandro a gente precisa apresentar algumas informações que eles estão nos solicitando e eu já peço que os conselheiros governamental e sociedade civil que fazem parte dessa comissão possam colocar em suas agendas 18/01/2024, às 9:00h, no MPBA, talvez seja no CAB ou em Nazaré eles vão informar mas já está confirmado a data e Ana Batista(SEMOP) diz que essa reunião vai ser na SEMPRE e Leu Brasil(ABCA) diz que informaram que é no MP mas eles vão encaminhar o convite e vou perguntar a Dr. Evandro e coloco aqui no grupo dos conselheiros de direito o local correto provavelmente será 9:00h, com Dr. Evandro. Ana Batista(SEMOB) diz que o convite que recebeu na SEMOB fala sobre a SEMPRE. Leu Brasil(ABCA) diz que não sabe se é a mesma reunião de qualquer

forma vou pedir a assessoria de Dr. Evandro para que eles encaminhe para a gente e a gente coloca lá no grupo dos conselheiros de direito para a participação dia 18/01/2024 uma outra informação é sobre o recesso do CMDCA hoje agente conclui nossa assembleia toda a equipe vai estar agora durante a tarde no CMDCA fazendo todos os procedimentos para publicações dos atos no DOM e nós retornaremos nossas atividades e nosso recesso vai até dia 05/01/2024 e a gente retorno dia 08/01/2024 dois dias antes da posse dos conselheiros tutelares do município de Salvador mas informamos que estaremos funcionando internamente, tem alguns membros do CMDCA que vão tirar suas folgas que nós estamos devendo folgas a eles, então nesse recesso o CMDCA não vai ficar fechado mas vai estar com atendimento ao público vai estar trabalhando internamente porque tem atividades internas para a gente fazer durante esse período então dentro desse período e até dia 05/01/2024 nós teremos recesso e nós vamos informar inclusive vou estar dando aqui um apoio ao pessoal mas também todos nós precisamos descansar um pouco em relação a essa questão e Tainara espelha encaminhamento do MP com ofício informando que a reunião será dia 18/01/2024, no período matutino, na SEMPRE e Leu Brasil(ABCA) confirma dia e local da reunião com o MP com a comissão do PMASE e diz que conta com a participação de todos os conselheiros de direito governamentais e sociedade civil e passa a palavra a conselheira Tatiane Paixão. Tatiane Paixão(SEGOV) diz que a primeira questão o presidente já respondeu que é sobre o recesso do CMDCA até mesmo para que a gente possa fazer essa prestação de serviço às pessoas que perguntarem sobre o funcionamento do CMDCA e aproveitar a oportunidade da fala para desejar a todos boas festas uma ótima virada de ano muita saúde para todos nós conselheiros de direito, conselheiros tutelares, sociedade civil que está aqui representada por várias instituições eu acho que é muito bom a gente estar nesse momento aí de Natal de festa e ceia e todos nós estamos aqui priorizando esse momento mais de 12:00h já e todo mundo entendendo que acriança e o adolescente de fato ela é a prioridade absoluta então todos nós estamos de parabéns eu queria finalizar parabenizando a todos nós esse time aí do CMDCA e da proteção dos direitos de crianças e adolescentes de Salvador temos uma REDE maravilhosa e muito engajada parabéns a todos e sucesso. Leu Brasil(ABCA) agradece a fala de Tatiane e diz que vai informar mais uma vez para que conste em ATA o recesso do CMDCA começa a partir de hoje com a conclusão do material para publicação no diário oficial e encerra no dia 05/01/2024 retornamos atividade no dia 08/01/2024 que é o primeiro dia útil para agente mas estaremos trabalhando internamente toda a equipe e aqueles têm as folgas agente já combinou as folgas para passar para o pessoal respeitando aí o funcionamento do CMDCA internamente e dou como encerrada a assembleia do CMDCA agradecendo a participação de todos vocês, agradecer imensamente a todo o colegiado sociedade civil e governo durante esse ano de 2023, quero agradecer aqui toda a equipe do CMDCA a prefeitura municipal de Salvador, agradecer os representantes da sociedade civil aqui presentes, os convidados especiais, os conselheiros tutelares de Salvador que participaram que estão aqui nesta assembleia e agradecer mais uma vez toda essa articulação em prol da criança e do adolescente feita aqui pelo Martagão Gesteira, Obras Sociais Irmã Dulce, o Aristides Maltez e tantos outros, obrigado a participação de Henrique, Gabriel, de Thelma que estão aqui neste momento finalizando em Salvador numa reunião online num conselho de políticas públicas e nada melhor do que agente agora colocar em prática todo o aprendizado que agente teve com vocês desejamos um excelente Natal e um feliz ano novo maravilhoso e um 2024 que o ano que você projeta e Deus realiza então a todos uma excelente tarde e declaro encerrada a Assembleia Geral Extraordinária do CMDCA, fique todos com Deus obrigado. E assim foi finalizada a reunião da Assembleia Geral Extraordinária 270ª do CMDCA, às 12h36min.

Salvador, 22 de dezembro de 2023.

IVALDO BATISTA DE ALMEIDA FILHO
Presidente Do CMDCA Salvador

EXTRATO DE ATA AGO 368ª

Ao vigésimo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte quatro, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária de número 368ª às 10h, de forma presencial, no Auditório do CMDCA, localizado na Avenida Estados Unidos, nº 397, Edifício Cidade do Salvador, 3º andar, sala 313, Comércio com os seguintes membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salvador: 1- Leu Brasil (ABCA); 2/3-Tatiane/Marlyda/SEGOV; 4-Mateus Russo/Organização Hora da Criança; 5-Evanice /Lar Pérola de Cristo; 6-Gustavo Mercês/SPMJ; 7-Adriana Barreto; 8-Ana Batista/SEM0B; 9-Ailton//AEEC; 10-Benilton / Associação Cultural Esperança; 11-Gilca Carrera (SMS); 12 Antônio Marcos / Associação Beneficente Educacional Paz e Vida, conforme lista de presença e com a seguinte pauta: 1- Aprovação da Ata AGE 270ª; 2- Informes, Relatos das Câmaras Técnicas, Representações e Comissões; 3- Ad Referendum: 3.1-Registro Provisório - Resolução 003/2024; 3.2- Edital de Captação Externa-Resolução 004/2024 4-Alteração Resolução 007/2024-Reserva Orçamentária; 5-Definição sobre documentos antigos CMDCA: descarte /arquivamento/tempo; 6-Caminhada do ECA 2024, Resolução 005/2024-Plano de Aplicação; 7- O que Ocorrer. Após confirmação de quórum o presidente saúda a Todos os presentes e segue com o **primeiro ponto de pauta**- Aprovação da Ata AGE 270ª, realizada em 22 de dezembro de 2023. **Aprovada por unanimidade. No segundo ponto de pauta** - Informe, Relato das Câmaras Técnicas, Comissões e Representações - Inicia com o Informe sobre o novo representante da SEFAZ, Sr. Mauricio Silva Correia, que entra como titular substituindo a conselheira Ivanete Peixoto. Solicita que também entre em contato com a Conselheira suplente da SEMPRE, Sra. Marcia dos Anjos Nascimento para que a mesma forneça contato telefônico e e-mail para que possa ser inserida nos grupos. Representação Externa- O presidente informa que a SEMPRE assumiu a coordenação da elaboração do Plano Municipal de Atendimento Sócio Educativo e que o CMDCA está sendo representado pelos Conselheiros: Leu Brasil (ABCA), Evanice (Lar Pérolas de Cristo), Gilca (SMS) e Marlylda (SEGOV); Comissão de Avaliação e Monitoramento- A conselheira Gilca (SMS) presidente da comissão informa que a comissão tem se reunido e, na medida do possível, feito as análises dos processos. O presidente informa que a técnica Gabriela (FMDCA) não pertence mais ao quadro da SPMJ e que por esse motivo não poderá mais assessorar a comissão, por isso lago Bastos, técnico do CMDCA vai dar esse suporte; CICOMTI- o presidente solicita que entre em contato com a comissão para passar o contato da Conselheira Adriana Barreto possa acompanhar os trabalhos. **Câmara de Infraestrutura e Legislação** - Mateus Russo (HC) informa sobre reunião ocorrida no dia 19/03/2024 para análises de 06 (seis) denúncias, sendo definido aguardar agendamento de

assembleia fechada para definição sobre as mesmas. **Câmara de Registro e Inscrição**. - a técnica Suelen Dias (CMDCA) faz leitura do relatório da reunião virtual, realizada no dia 14/03/2024, com a presença dos Conselheiros: Tatiane, Mariselma, Antônio, Evanice, Gustavo, Luciano e as técnicas do CMDCA, Suelen e Rosineide foram analisadas e deferidas as seguintes solicitações:

Certificado de Renovação:

REGISTRO	NOME	REGIME DE ATENDIMENTO	VALIDADE
425/01	ASSOCIAÇÃO CLUBE DE MÃES DO LAR PÉROLAS DE CRISTO.	ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL; ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO-FAMILIAR.	20/03/2026
974/19	ASSOCIAÇÃO CRISTÃ AMPARO SOCIAL	APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO; ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO-FAMILIAR.	20/03/2026
725/10	ASSOCIAÇÃO CULTURAL ESPERANÇA	APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO; ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO-FAMILIAR.	20/03/2026
013/92	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO SANTA LUZIA	APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO.	20/03/2026
1065/22	ASSOCIAÇÃO SILVANO ALVES DE ARAÚJO	APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO.	20/03/2026
377/00	ASSOCIAÇÃO BOM SAMARITANO	APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO; ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO-FAMILIAR.	20/03/2026
635/08	ASSOCIAÇÃO SONS DO BEM	APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO.	20/03/2026
130/92	CENTRO ESPÍRITA CAMINHO DA REDENÇÃO	APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO; ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO-FAMILIAR	20/03/2026
505/03	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE	APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO; PROGRAMA DE APRENDIZAGEM.	20/03/2026
907/17	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - IDEIAS	APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO.	20/03/2026
1098/22	INSTITUTO OYÁ	APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO.	20/03/2026
856/14	MUS-E BRASIL.	APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO; ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO-FAMILIAR.	20/03/2026
860/15	REDE CIDADÃ	PROGRAMA DE APRENDIZAGEM	20/03/2026
866/15	ASSOCIAÇÃO ARTE SEM FRENTEIRAS - ASF	APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO.	20/03/2026
603/05	OBRAIS SOCIAIS MISSIONÁRIOS DA COMPAIXÃO	APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO; ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO-FAMILIAR.	20/03/2026
796/12	ASSOCIAÇÃO UNIÃO SANTA CRUZ	APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO; ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO FAMILIAR	20/03/2025
892/16	SOCIEDADE 10 DE JULHO	APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO; ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO FAMILIAR	20/03/2024

Certificado de Registro:

REGISTRO	NOME	REGIME DE ATENDIMENTO	VALIDADE
1141/24	INSTITUTO TODOS POR 1	APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO; ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO FAMILIAR	20/03/2026
1142/23	INSTITUTO DE EMBAIXADA VERDE	APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO; ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO FAMILIAR	20/03/202
1143/24	CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BATISTA DO ARVOREDO	APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO; ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO FAMILIAR	20/03/2026
1144/24	AGENTE DE PROTEÇÃO AO ADOLESCENTE	APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO; ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO FAMILIAR	20/03/2026

Intercâmara Técnica de Políticas Públicas, Orçamento e Fundo- A relatora Adriana Barreto (SEMPRE) fez a leitura do Relatório da reunião ocorrida em 12 de março de 2024 com a presença dos seguintes membros: 1-Evanice (Lar Pérolas de Cristo); 2-Leu Brasil (ABCA); 3-Maria Raquel (CEIFAR); 4-Cláudio Bonfim (SEFAZ); 5-Márcio Dourado (ABCA); Técnicos do CMDCA e FMDCA: Marinalva Soares, Rita Rios, Wagner Oliveira. Ausências justificadas de Vera Guimarães (Pérolas de Cristo) e Adriana Barreto (SEMPRE)- 1- Análise da solicitação da Santa Casa de Misericórdia da Bahia de redução no valor do Projeto Centro de Convivência Solange Fraga de R\$ 1.090.855,14 (**um milhão, noventa mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e quatorze centavos**) para o valor de R\$ 826.730,20(**oitocentos**